



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

Ingrid Cristiny Mangabeira Gonçalves Donato

**UM ACAMPAMENTO NA AMAZÔNIA:  
Um olhar sobre a questão agrária e a organização camponesa**

Brasília- DF  
2019

Ingrid Cristiny Mangabeira Gonçalves Donato

**UM ACAMPAMENTO NA AMAZÔNIA:  
Um olhar sobre a questão agrária e a organização camponesa**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social, SER, da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários à obtenção de título de Bacharela em Serviço Social.

**Orientador:** Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Júnior

Brasília - DF  
02 de Setembro de 2019



INGRID CRISTINY MANGABEIRA GONÇALVES DONATO

**UM ACAMPAMENTO NA AMAZÔNIA:**

Um olhar sobre a questão agrária e a organização camponesa

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Graduação em Serviço Social, SER, da Universidade de Brasília como parte dos requisitos necessários à obtenção de título de Bacharela em Serviço Social.

**COMISSÃO EXAMINADORA:**

---

**Prof. Dr. Newton Narciso Gomes Júnior**

Universidade de Brasília

---

**Ms. Ada Kalyne Sousa Lopes**

Universidade de Brasília

---

**Ms. Aurélio C. Lisboa**

Universidade de Brasília

Brasília, 2 de Setembro de 2019

*Dedico este trabalho aos trabalhadores deste país  
que lutam por justiça e Reforma Agrária, vocês são  
a maior fonte de inspiração e resiliência.*

*Dedico à minha família, em especial ao meu pai,  
Elivaldo, que me ensinou desde menina lá no semi-  
árido nordestino a não aceitar a dominação de  
cabeça baixa e a enxergar os valores do nosso povo.*

*Dedico a minha mãe, Cristina, por ser meu maior  
exemplo de amor e abnegação.*

*Dedico a minha irmã Ísis Larissa, por estar ao meu  
lado e por sempre acreditar que sou capaz.*

*Amo vocês.*

## AGRADECIMENTOS

Nos meus tempos de adolescente, vivendo na zona rural de Carinhanha, interior da Bahia, tinha o sonho de entrar na universidade, mas nada se compara ao que eu pude viver na Universidade de Brasília. Foram os melhores e mais significativos anos da minha vida. Tive a oportunidade de sonhar, de estudar e de me organizar para lutar contra as injustiças.

Agradeço à minha família, aos meus pais Elivaldo e Cristina e minha irmã Isis Larissa por terem sido o meu porto seguro para nunca desistir, por me ensinarem os valores da humildade e do amor.

Agradeço à Universidade de Brasília por ter me permitido experienciar tudo o que uma universidade pública pode oferecer e que deveria ser direito de todos os jovens que sonham em estudar. Por meio dela pude ter a oportunidade de me empolgar nas aulas mais polêmicas, a admirar grandes mestres, em especial Manoel e Enaile, que transformaram a minha trajetória acadêmica e me deram a oportunidade de me fazer pensar questões tão grandiosas para o Brasil.

Agradeço ao Núcleo de Estudos Amazônicos da UnB – NEAz, por ter me dado a oportunidade de pisar no barro e conhecer as várias realidades da Amazônia, aprendendo com seus povos os caminhos da resiliência para transformar a realidade.

Agradeço à União da Juventude Socialista - UJS, que me encontrou na universidade e me fez crer que sonhos são possíveis, que lutar pelo Brasil é o maior gesto de amor e retribuição que podemos fazer pelo povo brasileiro. Em especial, Laurinha por ser a mais corajosa das mulheres que conheci, a Amandinha por ser tão amiga e valorosa camarada, ao Lucas e Taryk por me fazerem apaixonar pela Geografia e mapas, ao André João por ser meu amigo e camarada, lado a lado em defesa da Amazônia.

Agradeço ao meu orientador Newton, por toda paciência, dedicação e estudos na construção deste trabalho.

Ao meu amor, Paulo, por me inspirar e por ter me trazido a força necessária quando eu achava que já não se existiam saídas para o Brasil, por me fazer reacreditar na luta dos estudantes e no poder da indignação coletiva.

Agradeço a Deus por ter sido meu amigo por todo este tempo.

*Seja como for, os deserdados da terra alimentam a  
esperança de melhores dias...*

**Sebastião Salgado**

## RESUMO

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo apresentar o processo de ocupação do território nacional, em particular na Amazônia, os mecanismos utilizados para a colonização moderna implementada pela Ditadura Militar para superar o “vazio demográfico” na região que aprofundou a grave concentração fundiária brasileira. A partir de uma realidade circunscrita concreta transformada no objeto deste estudo, são descritos os processos formadores da consciência dos trabalhadores rurais do Acampamento Margarida Alves II, localizado no município de Nova União do Estado de Rondônia. A grande concentração do território nacional que se materializa desde o Brasil Colonial, coloca a questão agrária brasileira como central na superação das imensas desigualdades sociais no Brasil, por isso é de grande interesse nacional que esta temática esteja cada vez mais no dia a dia de diversas áreas do conhecimento. A produção deste trabalho foi feita a partir da experiência no projeto de extensão “Vivência Amazônica” em que estudantes e professores embarcam numa caravana para conhecer diversas realidades sociais da Amazônia Continental. A partir desta experiência, da revisão bibliográfica e de um diário de campo foi possível materializar a construção deste trabalho. Os resultados apontam o caminho do desmonte de uma Reforma Agrária. Consequentemente, torna-se cada vez mais longe a democratização da terra e a dignidade humana. Pode-se concluir que sem um processo consciente dos trabalhadores em busca de sua emancipação, uma organização de massas para pressionar os projetos que estão em disputa e a acumulação de forças de todos os setores democráticos brasileiros não será possível enfrentar a política de desmonte do Brasil e dos sonhos de acesso à terra.

Palavras-chave: questão agrária.concentraçãofundiária.Amazônia.movimentossociais.consciência humana.

## **LISTA DE ABREVIATURAS**

**COOMEAFES-** Cooperativa Mista de Extrativismo, Agricultura Familiar, Ecologismo e Prestação de Serviços

**CPT-** Comissão Pastoral da Terra

**ETR-** Estatuto do Trabalhador Rural

**IBAMA-** Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis

**INCRA-** Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

**MASTER-** Movimento de Trabalhadores Sem Terra

**MST-** Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

**NEAz-** Núcleo de Estudos Amazônicos

**PAD-** Projetos de Assentamento Dirigido

**PNRA-** Programa Nacional de Reforma Agrária

**PIC-** Projetos de Colonização Integrada

**SEDAM-** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia

**SPVEA-** Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia

**SUDAM-** Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia

**ULTAB-** União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil

**UnB-** Universidade de Brasília



## **LISTAS**

### **LISTA DE FIGURAS**

Figura 1-Mapa da Amazônia Continental .....	14
Figura 2- Propaganda da SUDAM de 1970 .....	19
Figura 3- Bandeira dos Trabalhadores Rurais Sem Terra -MST .....	28

### **LISTA DE TABELA**

Tabela 1- Dados do INCRA de Reforma Agrária no Estado de Rondônia.....	25
--	----

### **LISTA DE FOTOGRAFIA**

Fotografia 1- Camponeses reféns no Massacre de Corumbiara.....	28
--	----

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	1
2 BREVE HISTÓRICO DAS ORIGENS DO CAPITALISMO AGRÁRIO NO MUNDO.....	4
2.1 O Capitalismo Agrário com a cara do Brasil.....	7
3 TERRA, OCUPAÇÃO E DISPUTA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA .....	15
3.1 Rondônia no coração da disputa.....	24
4 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA .....	30
4.1 Um acampamento na Amazônia: Acampamento Margarida Alves II.....	34
4.2 Educação como um projeto emancipador e formador da consciência .....	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	45
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	48



# 1INTRODUÇÃO

Este trabalho busca compreender a partir de uma realidade circunscrita concreta transformada no objeto que apresentaremos no que concerne às questões aqui levantadas, a saber: I. A ligação do trabalhador rural no contexto da Floresta Amazônica; II. A formação da consciência deste mesmo trabalhador; III As consequências geradas pela injusta distribuição de terras na vida do Acampamento Margarida Alves II na Amazônia, distribuição esta que gera profundas desigualdades sociais e regionais.

Mergulhar para compreender a questão agrária, fez-me perceber que longe de ser uma questão apenas territorial, ambiental ou de modelos de agricultura, é uma **questão social**, de interesse da nação, bem como os processos conflituosos decorrentes que contribuem para reproduzir as profundas desigualdades de classe com base na concentração da propriedade da terra. Além disso, tal mergulho me fez ainda compreender como a questão agrária é o impasse central no desenvolvimento social e econômico brasileiro.

Na contramão da concentração fundiária, existem movimentos sociais que através da organização popular lutam pela democratização do território nacional, e isso envolve o acesso à terra, à permanência de modos de vida que estão sendo constantemente ceifados pela violência do Estado Nacional a fim de privilegiar interesses externos ao Brasil.

Por isso, a questão agrária brasileira precisa ser vista como prioridade para a consolidação da democracia no Brasil e na restituição de um projeto de país que de fato pertença aos brasileiros e brasileiras que pisam o chão deste território e se veem abandonados pelo Estado. Consequentemente, o mesmo Estado finda negando contrário ao modelo atual, que ceifa vidas de pessoas vulneráveis, às quais ao se verem sem condições de viver em seus locais de origem migram para as periferias urbanas.

O movimento que hoje se organiza pela democratização da terra, em especial, neste trabalho, é o MST- Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra. Tal Movimento possui uma grande organização nacional e internacional pelo direito ao acesso à terra, pela Reforma Agrária na perspectiva das populações historicamente alijadas do usufruto da terra, políticas públicas para o campo e a consciência dos trabalhadores dentro da acepção dada neste trabalho. Existe ainda um grande estigma<sup>1</sup> (GOFFMAN, 1982) da sociedade contra estes

---

<sup>1</sup>Goffman (1982, p.13) entende estigma como um tipo especial de relação entre atributo e estereótipo, pela qual buscamos categorizar indivíduos sobre os quais não temos conhecimento, por atributos aparentes como tradutores, redutores da totalidade de seu ser.”

movimentos, dado ao preconceito, à desinformação, à lógica colonizadora que nos impede de perceber os efeitos desastrosos da concentração fundiária na vida dos brasileiros no campo.

Na Amazônia, este fenômeno é ainda mais complexo, por ser um bioma que abriga 68% do território nacional, amplamente diverso e rico em biodiversidade, palco das maiores lutas ambientais e por ter um caráter estratégico para o desenvolvimento do Brasil. Esta diversidade natural se apresenta como grandes reservas de recursos, aos olhos do mundo suscitando cobiça, tornando-se um grande campo gravitacional na luta geopolítica.

Este trabalho de conclusão de curso é apenas um pontapé para a discussão do problema, pois faltariam páginas para compreender a questão agrária nacional. É preciso um aprofundamento teórico mais amplo para se compreender a formação socioeconômica brasileira e a questão agrária, a constituição das classes sociais no campo e as possíveis soluções para esta questão.

Por isso, com base nos limites que este trabalho se propõe, utilizaremos como ponto central a experiência de um acampamento na Amazônia como objeto de estudo e as possíveis observações empíricas que se convergem com a revisão da literatura. O olhar que observa este objeto foi obtido a partir de uma experiência de um projeto de extensão chamado “Vivência Amazônica” realizado pelo NEAz- Núcleo de Estudos Amazônicos da UnB- Universidade de Brasília. O projeto tem por objetivo fazer com que estudantes de diversas áreas do conhecimento da UnB, organizados a partir desse núcleo pudessem ter a experiência de ultrapassar as barreiras da universidade e ir a campo para compreender as diversas realidades da Amazônia brasileira, principalmente as formas de organização dos trabalhadores, dos povos indígenas, comunidades quilombolas, ribeirinhos, pescadores, extrativistas. Bem como, que estes estudantes, a partir de um olhar mais aproximado da realidade, pudessem produzir novos conhecimentos acadêmicos, contribuindo para a defesa desses povos e conseqüentemente para o Brasil.

Nesta experiência proporcionada pelo projeto foi possível ter um contato direto com estes territórios de resistência. Tal vivência envolveu, mesmo que inicialmente, suas relações sociais, formas específicas de relação homem-natureza, a inteligência coletiva nas formas alternativas de agricultura e a construção de uma consciência singular ao atual estágio individualista do capitalismo. Estes e outros aspectos serão descritos no decorrer deste trabalho.

**No Capítulo 1** teremos uma revisão de literatura da Questão Agrária no mundo sob a ótica de grandes pensadores desta temática que puderam contribuir para a análise do objeto de estudo em questão: O Acampamento Margarida Alves II em Rondônia. Ainda no primeiro

capítulo teremos também uma releitura da Questão Agrária Nacional e seus principais componentes que estruturam as questões fundamentais deste fenômeno, as questões nacionais que refletem a luta por reforma agrária e as profundas desigualdades sociais.

A intenção do contexto geral para o contexto local - o acampamento- é justamente fazer uma análise do macro ao micro, de forma que os elementos da questão macro possam ser identificados sob o micro. O micro muitas vezes é invisibilizado, o que gera graves consequências interpretativas sobre a questão principal: a concentração fundiária. Reflete-se assim, um desnivelamento da política nacional com a realidade concreta na vida das pessoas envolvidas.

Tivemos como eixo norteador o instrumento político que sempre foi utilizado no processo de formação da sociedade brasileira e do próprio capitalismo: a violência. Este instrumento foi utilizado na dominação do território nacional pelos colonizadores europeus e pelas classes dominantes brasileiras ao longo da história, sendo a violência usada como um instrumento de poder, e o é ainda hoje para coibir as tentativas de organização popular na luta por reforma agrária. O palco da violência neste trabalho se passará no Acampamento sob os olhos itinerantes de uma estudante da Universidade de Brasília e seu diário de campo.

**No Capítulo 2** apresentaremos uma revisão bibliográfica sobre Terra, Ocupação e Disputa na Amazônia brasileira, uma contextualização da Amazônia e seus territórios em disputa sob interesses variados e antagônicos, assim como as particularidades de seus agentes sociais e o reflexo da política agrária da Amazônia em Rondônia.

**No Capítulo 3**, apresentaremos a forma de organização dos trabalhadores rurais através do movimento social, discorreremos sobre o Acampamento Margarida Alves II e as percepções sob a experiência do projeto. Esta observação será realizada a partir de um breve estudo de caso e um diário de campo. O capítulo leva à reflexão sobre o processo de construção da consciência e o conceito marxista de “Classe para Si” como uma experiência do acampamento e as percepções das mudanças no padrão de consciência coletiva, através de uma riqueza imaterial educativa formada a partir da organização de trabalhadores e trabalhadoras rurais sem terra.

Por fim, **na conclusão**, apresentaremos os mecanismos que através da revisão de literatura, do estudo de caso, do instrumento do diário de campo e das reflexões sobre a temática pôde-se observar para elevar questionamentos sobre os desafios diante à lógica do capital para a democratização da terra e a dissolução da grande concentração fundiária, em especial, ao acampamento.

## **2 BREVE HISTÓRICO DAS ORIGENS DO CAPITALISMO AGRÁRIO NO MUNDO**

Para tentar compreender a necessidade de uma mudança estrutural fundiária no Brasil que possibilite a democratização do acesso à terra a quem de fato pertence, aos brasileiros e brasileiras que dela vivem, é necessário fazer uma releitura de autores que se debruçaram para entender as bases principiológicas do capitalismo no campo e as consequências deste processo na expulsão de camponeses e camponesas para os grandes centros urbanos.

A mudança nos modos de produção que se inicia no século XVII na Europa Feudal expõe as transformações sociais advindas desse período, o antigo modo de produção sucumbe gradativamente com a insurgência de uma nova classe social. A transformação da milenar sociedade feudal para o surgimento do capitalismo não foi simples, muito menos um movimento natural, mas advém de fatores determinados na Europa, principalmente na Inglaterra. Essa transição de modos de produção segundo Ellen Wood (1998) e Marx (1984) foi um processo alcançado pela força, a ferro e fogo, através de um processo lento, contraditório e que colocava em xeque as forças produtivas e as relações de produção feudais.

Marx (1984) chama este período de acumulação primitiva do Capital, onde a acumulação primitiva não é derivada do modo de produção capitalista e sim sua gênese, seu ponto de partida; a acumulação primitiva é o processo histórico de separação do produtor e seu meio de produção. Aqui Marx (1984) define estes elementos, suas condições sócio-históricas e identifica os atores sociais deste processo histórico.

Instala-se então o capitalismo agrário que transforma a Europa, principalmente a Inglaterra. Este processo foi responsável pela consolidação e ampliação do capitalismo industrial posteriormente, assim como as bases necessárias para que o novo modo de produção pudesse se sustentar o surgimento do capitalismo. Para Kautsky (1998) a agricultura não se desenvolve segundo o mesmo processo que a indústria, segue suas próprias leis, por isso seu questionamento da teoria marxista para explicar todas as contradições do campo e suas particularidades intrínsecas a ele inerentes. O sujeito camponês ainda não é um proletário, pois mesmo precariamente é apoderado dos meios de produção necessários para a sua sobrevivência, ele possui a posse da terra, necessária para a sua sobrevivência, reprodução social e relações sociais comunitárias pelas sociedades comunais.

Ainda de acordo com Kautsky (1998) e Ellen Wood (1998), foi através do surgimento da propriedade privada e dos cercamentos, inutilizando as glebas comunais de produção que garantia o mínimo de subsistência, elevando os juros de forma que o camponês não conseguisse mais permanecer, a dissolução da pequena indústria camponesa aliado ao

aumento da necessidade de consumir do mercado industrial que este novo modo de produção se concretiza. O camponês não dependia necessariamente do mercado para se reproduzir, utilizava-se do mercado para supérfluos. As mudanças no campo e a inserção do capitalismo agrário e como consequência a expulsão destes camponeses dos meios de produção proletarizou os camponeses e forjou esse modelo de propriedade. Estas são as condições sócio-históricas que para Marx (1984) revela a “libertação” dos camponeses em trabalhadores assalariados, na verdade, estes recém-libertados se convertem em vendedores de si mesmos, depois de terem-lhes roubado todos os meios de produção.

Desta maneira, como afirma a autora Ellen Wood (1998), o surgimento do capitalismo industrial não se inicia nas cidades, mas sim, no sistema agrário que passava por um processo vivo de transição. Os camponeses passam a ter que vender o excedente de sua produção e sua própria força de trabalho em troca de salário, sendo este processo mediado pelo mercado, à única forma de garantir sua reprodução social. Busco associar as “Origens Agrárias do Capitalismo” de Ellen Wood com “Acumulação Primitiva” de Marx, pois entendo que ambos os processos se encontram e determinam as mudanças da sociedade feudal para a sociedade capitalista através da mudança central da estrutura agrária. Sem este processo de acumulação primitiva não teria sido possível o capital ter se constituído, por isso as origens do capitalismo são origens agrárias, ou seja, sem a expropriação do modo de produção do camponês pela propriedade privada capitalista e a venda da força de trabalho existente não teria sido possível o processo de industrialização e surgimento da sociedade capitalista.

Quanto mais se dissolve a pequena indústria camponesa, mais necessário se torna o dinheiro para adquirir o mínimo. O camponês já não consegue lavrar sua terra e as técnicas anteriores se tornam cada vez mais ultrapassadas. Era preciso contribuir com o “melhoramento”. A função era tornar a terra cada vez mais produtiva visando maior lucro, uma maior produção de excedente, pois a nova cidade que se transforma pela industrialização precisa ser abastecida, desenvolvida e passou a acumular uma gigantesca massa de trabalhadores rurais que agora são proletários no exército industrial de reserva.

“Os roubos dos bens da Igreja, a alienação fraudulenta dos domínios estatais, o furto da propriedade comunal, a transformação usurpatória, realizada com inescrupuloso terrorismo, da propriedade feudal e clânica em propriedade privada moderna, foram outros tantos métodos idílicos da acumulação primitiva. Tais métodos conquistaram o campo para a agricultura capitalista, incorporaram o solo ao capital e criaram para a indústria urbana a oferta necessária de um proletariado livre como pássaros.

(MARX,1984,p.275)



A estrutura econômica dessa nova relação econômica no campo se resume em seus três principais agentes: O proprietário de terra que vive do arrendamento desta terra; O arrendatário da terra vivendo do lucro que esta gera; por último, o novo trabalhador que vive da venda de sua força de trabalho em troca de salário. Como afirma Ellen Wood (1998), as origens agrárias do capitalismo tornam-se então as bases fundamentais para a formação do capitalismo maduro e a proletarianização do sujeito camponês, assim como, a ideologia da classe agrária dominante, representa uma ruptura com os antigos meios de regulação de terra usada pelos camponeses.

É preciso salientar que este processo de transição não foi concretizado de maneira pacífica como já foi dito anteriormente, mas através do instrumento clássico da violência, que é, segundo Marx uma potência econômica, pessoas despojadas súbita e violentamente de seus meios de subsistência e reprodução social, assim como todas as suas garantias de existência, de destruição total da indústria subsidiária rural e o processo de separação entre manufatura e agricultura. A nova realidade adquirida, através da dependência do camponês ao mercado se torna a causa e não o resultado da proletarianização do camponês, há então uma relação de dependência entre campo e cidade, pois sem a produção agrícola não haveria como sustentar esta grande inflação das cidades, principalmente a Inglaterra no século XVIII, eras de ouro do capitalismo agrário.

Existe assim, um lugar muito bem definido sobre quem domina e quem é dominado. Os países capitalistas então se apresentam hoje desenvolvidos, alguns até mesmo com “justiça social”, mas sabe-se que em detrimento da força de trabalho explorada dos países mais pobres, subdesenvolvidos, com suas riquezas naturais saqueadas. Este sistema de dominação se mundializou e o capital se tornou globalizado, as formas de dominação se expandiram para garantir a natureza do capital global, configurando até os dias de hoje as determinações da divisão social do trabalho.

Pode-se refletir através dos escritos destes três autores, Marx, Kautsky e Ellen Wood que a história da ocupação do território, a concentração fundiária nas mãos de poucos, a mercadorização da terra e as relações de produção fundadas na exploração da força de trabalho humano foram fundantes do capitalismo, onde o mercado pôde controlar a economia. Houve exploração, por isso a desumanização e alienação do trabalho e os valores do mercado acima dos valores humanos são fundantes do próprio sistema e da sociedade moderna. A seguir veremos o reflexo do capitalismo agrário no Brasil e as consequências para os povos e trabalhadores que resistem para permanecer e sobreviver em seus territórios ameaçados pela necessidade de acumulação do capital.

## 2.1 O CAPITALISMO AGRÁRIO COM A CARA DO BRASIL

Diferente da forma como o capitalismo agrário se instalou na Europa Feudal, no Brasil o capitalismo agrário não se molda através de uma transição de modos de produção local, mas é reflexo das mudanças do modo de produção no mundo, onde a “descoberta” da América se transforma em conquista e dominação, assim como condição essencial para o nascimento do capitalismo, Marx (1984) apresenta o papel estruturante da dominação e escravização para a acumulação primitiva do capital:

“As descobertas de ouro e de prata na América, o extermínio, a escravização das populações indígenas, forçadas a trabalhar no interior das minas, o início da conquista e pilhagem das Índias Orientais e a transformação da África num vasto campo de caçada lucrativa são os acontecimentos que marcaram o alvorecer da era da produção capitalista. Esses processos idílicos são fatores fundamentais da acumulação primitiva. Os métodos (de acumulação primitiva) se baseiam, em parte, na violência mais brutal, como é o caso do sistema colonial. Mas todos eles utilizavam o poder do Estado, a força concentrada e organizada da sociedade para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção no modo capitalista, abreviando assim as etapas de transição. (...) O sistema colonial fez prosperar o comércio e a navegação. As sociedades dotadas de monopólio eram poderosas alavancas de concentração de capital. As colônias asseguravam mercado às manufaturas em expansão e, graças ao monopólio, uma acumulação acelerada. As riquezas apossadas fora da Europa pela pilhagem, escravização e massacre, refluíam para a metrópole onde se transformavam em capital” (MARX1984,p.285)

Produz-se aqui uma modalidade diferente no capitalismo colonial, onde só foi possível através do escravismo e do tráfico humano, da exploração e dominação violenta dos povos aqui encontrados, sendo pré-requisito para consolidação do modelo agroexportador brasileiro e êxito do método de *plantation* que descreveremos ao longo texto.

A questão agrária brasileira assim é permeada de contradições sociais, territoriais, ambientais e econômicas. Tentaremos apresentar não em sua totalidade, mas uma breve contextualização histórica da formação social brasileira e as origens do problema agrário nacional, utilizaremos neste tópico alguns autores como Darcy Ribeiro, João Pedro Stédile, Carlos Minc e Caio Prado Júnior.

Segundo Caio Prado (1981) ainda na década de 1960, 30 milhões de brasileiros e brasileiras dependiam e precisavam da terra para sobreviver, persiste-se uma enorme concentração fundiária que estabeleceu as relações de classes no Brasil, fruto de um processo histórico de colonização, produção latifundiária, trabalho escravo e desvalorização do trabalho livre, o resultado deste processo fez com que os benefícios da utilização da terra se

concentrasse nas mãos de uma minoria, a classe latifundiária brasileira, que herda do Brasil colonial a concentração de terras, conseqüentemente de riquezas.

A questão agrária brasileira então se torna hoje de interesse geral da nação, não diz respeito apenas à agricultura, ou a economia e o desenvolvimento, mas de um interesse humano que coloca o país na contramão do desenvolvimento e como afirma Caio Prado (1981) condena milhões de pessoas a uma vida miserável.

É preciso salientar que a alta concentração de terras brasileiras diz respeito à formação socioeconômica do país e o nosso *processo civilizatório* (RIBEIRO1995). Uma nova formação societária,

“Fundada num tipo renovado de escravismo e numa servidão continuada ao mercado mundial. Nova, inclusive, pela inverossímil alegria e espantosa vontade de felicidade, num povo tão sacrificado, que alenta e comove a todos os brasileiros. Velho, porém, porque se viabiliza como um proletariado externo. Quer dizer, como um implante ultramarino da expansão europeia que não existe para si mesmo, mas para gerar lucros exportáveis pelo exercício da função de provedor colonial de bens para o mercado mundial, através do desgaste da população que recruta no país ou importa.” (RIBEIRO, 1995,p.20)

É claro que este processo civilizatório que consolidou a formação do povo brasileiro não foi de forma pacífica, foi um processo violento de dominação, de exploração dos recursos naturais do “Novo Mundo” encontrado pelas expedições portuguesas em busca da Índia, a exploração teve como base o uso da matéria prima encontrada numa imensidão natural indescritível, assim como, a exploração da força de trabalho dos que aqui já habitavam. Foi necessário para a escravização dos povos indígenas acordos, intensas batalhas, promessas não cumpridas, evangelização, genocídios e etnocídios. “Ao contrário da historiografia oficial, nunca faltou aqui, até excedeu, o apelo à violência pela classe dominante como arma fundamental da construção da história” (RIBEIRO 1995, p.26)

“Os portugueses que aqui chegaram e invadiram nosso território, em 1500, o fizeram financiados pelo nascente capitalismo comercial europeu, e se apoderaram do território por sua supremacia econômica e militar, impondo as leis e vontades políticas da Monarquia portuguesa. No processo da invasão, como a História registra, adotaram duas táticas de dominação: cooptação e repressão. E, assim, conseguiram dominar todo o território e submeter os povos que aqui viviam ao seu modo de produção, às suas leis e à sua cultura. “(STÉDILE2012,p.21)

Forma-se no Brasil uma diversidade étnica implantada pela fusão de etnias até então nunca vista no mundo, de miscigenação forçada entre brancos, índios e negros escravizados, consolidando a formação do povo brasileiro, descrita por Darcy Ribeiro (1995). Muitas formas de enfrentamento contra o dominador são descritas, como os levantes, insurreições e

batalhas a “ferro e fogo”, foi necessário uma nova condição de readaptação para um Novo Mundo, com características geográficas, culturais, religiosas e políticas extremamente diferentes, assim como a resistência para se manter vivo e apto para o trabalho que enriqueceria a Coroa Portuguesa.

“Foram instalados três novos tipos novos de povoações. O primeiro e principal, formado pelas concentrações de escravos africanos em engenhos e portos. Outro, disperso pelos vilarejos e sítios da costa ou pelos campos de criação de gado, formado principalmente de mamelucos e brancos pobres. O terceiro esteve constituído pelos índios incorporados à empresa colonial como escravos de outros núcleos ou concentrados nas aldeias, algumas das quais conservaram sua autonomia, enquanto outras eram regidas por missionários.” (RIBEIRO 1995, p. 53)

Segundo Stédile (2012), a invasão dos europeus e a organização de produção e apropriação dos bens da natureza eram exercidas sob a égide das leis do capitalismo mercantil do período, inicialmente com a extração de madeira, depois o ouro, frustrados na busca por ouro passaram a utilizar a extração de ferro, prata e outros minérios como mercadorias. Perceberam posteriormente que o diferencial destas terras era sua fertilidade e seu potencial de cultivo, passando a produzir cultivos agrícolas tropicais que a sociedade europeia almejava, utilizando-se dos nativos como o cacau e tabaco e inserindo o algodão, cana-de-açúcar, café, pimenta do reino, assim como a produção de gado bovino, transformando-os em produção em escala para o mercado europeu. (STÉDILE2012,p.22)

O modelo denominado para o período de exportação de produtos agrícolas e minerais foi definido como modelo agroexportador, que em meados do século XIX chegou a exportar 80% de toda produção do território brasileiro (STÉDILE 2012), o modelo adotado foi definido como *plantation*, assim podemos definir segundo Stédile (2012):

“O que caracteriza a plantation? É a forma de organizar a produção agrícola em grandes fazendas de área contínua, praticando a monocultura, ou seja, especializando-se num único produto, destinando-o à exportação, seja ele a cana-de-açúcar, o cacau, o algodão, gado etc., e utilizando mão de obra escrava. Produzindo apenas para o mercado externo, sua localização deveria estar próxima dos portos, para diminuir custos com transporte. Essas unidades de produção adotavam modernas técnicas, ou seja, apesar de utilizarem a força de trabalho da mão de obra escrava, do ponto de vista dos meios de produção, das técnicas de produção, os europeus adotaram o que havia de mais avançado. Havia também, nessas unidades, a produção de bens para a subsistência dos trabalhadores escravizados, visando reduzir o seu custo de reprodução, assim como oficinas para a fabricação e reparo de instrumentos de trabalho.” (STÉDILE,2012,p.23)

A mão de obra escrava teve um papel central na formação econômica brasileira, sem o escravismo não seria possível implementar este modelo de agricultura em grandes escalas, muitos conhecimentos indígenas foram incorporados na produção (RIBEIRO,1995), isso se

deve a adaptação aos tipos de solo, clima e técnicas necessárias para se adaptar ao novo ambiente estranho aos portugueses, utilizando da grande potencialidade da riqueza do solo deste território. A mão de obra escrava foi decisiva para obtenção de lucros exponenciais e sem precedentes. Percebe-se o nível da violência utilizada pela empresa colonial, transformando o tráfico humano de africanos como um eixo fundamental no êxito do processo colonizador, segundo Darcy Ribeiro (1995):

“A empresa escravista, fundada na apropriação de seres humanos através da violência mais crua e da coerção permanente, exercida através de castigos mais atrozes, atua como uma mó desumanizadora e deculturadora de eficácia incomparável. Submetido a essa compreensão, qualquer povo é desapropriado de si, deixando de ser ele próprio, primeiro, para ser ninguém ao verse reduzido a uma condição de bem semovente, como um animal de carga; depois, para ser outro, quando transfigurado etnicamente na linha consentida pelo senhor, que é mais compatível com a preservação dos seus interesses.” (RIBEIRO, 1995, p.118)

Neste período até 1.850 ainda não havia a propriedade privada da terra, todo o território, assim como tudo o que nele existia eram de posse da Coroa Portuguesa, não havendo propriedade privada, pode-se dizer que então que não havia propriedade capitalista (STÉDILE 2012). Mas para se alcançar investimento capitalista para consolidar o modelo agroexportador foi necessário estabelecer o esquema de impostos à Coroa mediante a inserção de capital de grandes capitalistas-colonizadores, disponibilizando grandes léguas de terra através da “concessão de uso” herdada de pai para filho. (STÉDILE 2012).

Em 1850 a Monarquia Portuguesa pressionada pelo avanço industrial da Inglaterra e a exigência do fim do trabalho escravo para o trabalho assalariado, assim como a inevitável abolição da escravidão se vê obrigada a estabelecer uma Lei nº 601, conhecida como Lei de Terras, à qual tinha como objetivo estabelecer a propriedade privada das terras, sendo livre a compra e venda para brasileiros que quisessem possuí-las. No mesmo ano aconteceu a abolição do tráfico de negros escravizados. Isso evidencia o pensamento de Stédile (2012) “Essa lei foi um marco jurídico para a adequação do sistema econômico e de preparação para a crise do trabalho escravo, que já se ampliava”. Os novos trabalhadores “livres como pássaros”, ex-escravos, não poderiam se apossar de nenhuma terra, já que não possuíam nenhum bem.

“Dispõe sobre as terras devolutas do Império, e acerca das que são possuídas por título de sesmarias sem preenchimento de condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas concedidas a título oneroso, assim para empresas particulares como para o estabelecimento de colônias de nacionais e estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara.” (BRASIL. Lei Nº 601, 1850)

Estabelece-se assim a terra enquanto mercadoria e propriedade privada, consolidando a concentração fundiária nas mãos daqueles que já se beneficiavam dos privilégios concedidos pela Coroa Portuguesa, originando assim a grilagem de terras - falsificação de documentos para que ilegalmente se tome posse de terras devolutas -, consagrando e regulamentando o modelo de grande propriedade rural que originou as grandes desigualdades sociais e territoriais do Brasil.

Percebe-se aqui que a Lei mais que oferecer recursos e salvar a Coroa, impediu que se formasse uma classe camponesa no Brasil como proprietários de pequenos pedaços de terra. A alta concentração de terras nas mãos dos patrões foi o trunfo para que os ex-escravos se tornassem assalariados, com a Lei Áurea de 1888 se estabelece a libertação dos escravizados, onde quase 2 milhões de ex-escravos migraram das produções agrícolas para as cidades em busca da sobrevivência, se submetendo a venda de sua força de trabalho por quantia irrisória, mal garantindo a sobrevivência e ocupando as terras que não interessavam aos capitalistas e proprietários, ocupando as margens, os morros e os manguezais, surgindo assim as periferias.

Mas no campo três fontes de braços se estabelecem: Os ex-escravos, os imigrantes colonos europeus e japoneses atraídos pela promessa do Novo Mundo, e os “brasileiros livres”, estes compõem os três contingentes de trabalhadores que garantiriam o trabalho nas fazendas dos latifundiários como empregados (MINC 1986).

“Esta forma de transição ao trabalho livre, com persistência do poder econômico e político dos grandes latifundiários, é uma das principais matrizes do autoritarismo vigente até hoje em nossa sociedade e é responsável pela violência que ensanguenta os campos do Brasil de nossos dias. Por isto, a discussão da reforma agrária não pode ficar restrita à questão econômica da modernização e da produção. Ela é uma condição absolutamente necessária ao aprofundamento da democracia no nosso país.”  
(MINC 1986,p.24)

Parte do contingente trabalhava em grandes fazendas, mas outra parte começou a se constituir em uma espécie de campesinato marginal em terras mais afastadas do litoral e dos domínios latifundiários, a primeira parte do contingente seriam os colonos europeus, homens e mulheres pobres, que migravam para o Sul e para o Sudeste para trabalharem nas produções agrícolas, viviam sob o regimento do Colonato, trabalhando nas fazendas, das antigas casas de ex-escravos, principalmente na produção de café, eram pagos em produtos da própria produção e usufruíam até 2 hectares de terra para lavoura própria e criação de alguns animais, ou seja, uma condição ainda miserável, mas assalariada, formando assim o primeiro contingente do campesinato brasileiro. (STÉDILE 2012, MINC 1986)

O outro contingente foi formado pelas populações mestiças que foram se formando nos 400 anos de colonização, a partir da miscigenação de brancos e negros, negros e índios, índios e brancos e seus descendentes, que impedidos de comprarem terras pela Lei de Terras foram se interiorizando pelo Brasil, ocupando o nordeste brasileiro, o Estado de Minas Gerais e Goiás, terras sertanejas, região de terras áridas, com pouca água e com secas que assolavam as regiões. (STÉDILE 2012, MINC 1986)

Em 1920 e 1930 há uma grave crise na produção agrícola brasileira que passa a se submeter ao capital industrial, essa crise faz com que latifundiários diminuíssem a produção de café e de açúcar e arrendassem suas piores terras aos colonos e camponeses, mas quando os preços voltavam a subir, o latifúndio se expandia, recuperando suas terras e invadindo as terras de posse dos camponeses, utilizando-se de todo o trabalho dos camponeses de derrubar a mata, de construção de caminhos de roça e roçados, impondo a estes camponeses o trabalho como empregados nas fazendas. (MINC 1986)

Esta concentração de terras brasileiras não se refere apenas em sua extensão, mas também nas terras de qualidade, com boas localizações, férteis e planas, como é o caso atual da expansão do cultivo de commodities de soja na região do cerrado, nas margens de rios e nascentes cruciais para o abastecimento das maiores bacias hidrográficas do país.

O trabalho então do sujeito camponês no campo se torna altamente precarizado, muitas vezes por não possuir terra alguma, vendem sua força de trabalho sem impor mínimas condições de trabalho, com características servis e culturalmente coronelistas. Estes aspectos apresentados continuam a persistir mesmo com avanços na política e na legislação que garante direitos aos trabalhadores rurais, o Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) do Governo do João Goulart, o Estatuto da Terra de 1964 (Lei Nº 4.504) sancionada sob o Regime Militar que prevê a função social da terra, a Constituição Cidadã de 1988 que garante em seu Art. 5º, entre outros direitos, que “[...] XXII - é garantido o direito de propriedade; XXIII - a propriedade atenderá a sua função social [...], assim como no Art. 186º:

*A função social é cumprida quando a propriedade rural atende, simultaneamente, segundo critérios e graus de exigência estabelecidos em lei, aos seguintes requisitos:*

*I - aproveitamento racional e adequado;*

*II - utilização adequada dos recursos naturais disponíveis e preservação do meio ambiente;*

*III - observância das disposições que regulam as relações de trabalho;*

*IV - exploração que favoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.*

Apesar destes avanços existe uma relação direta de efeito e causa da estrutura agrária e a desigualdade social e pobreza da população rural no Brasil, mesmo o Kautsky (1998)

quando lança “A questão agrária” em 1919 afirma que a questão central não é determinar qual o melhor modelo de agricultura, pequena ou grande, mas sim, compreender como o capitalismo se apropria da agricultura, como as relações sociais e o modo de produção capitalista se utilizam da terra para sua própria acumulação, a terra é um negócio como qualquer outro.

Caio Prado (1981) afirma que os grandes proprietários são antes de tudo homens de negócios, e a terra é como um negócio qualquer, para os trabalhadores, povos e populações tradicionais, trabalhadores sem terra, a terra é mais que um negócio, é a fonte da vida e da sobrevivência. Estes negócios tiveram grande êxito no Brasil, como os senhores de engenho no nordeste, os seringalistas na Amazônia, os cacauicultores na Bahia, o plantio de café e de cana em diversos estados brasileiros e recentemente a soja e a exportação de commodities.

Pensar o sucesso destes empreendimentos agrícolas, perpassa pelo entendimento da formação histórica brasileira, a grande disponibilidade de terras no Brasil Colonial, o uso de uma massa de trabalho escravo, o baixo valor do trabalho dos imigrantes que vieram trabalhar nas grandes plantações, reforçando o contingente de força de trabalho no campo brasileiro mas que nunca ameaçou (e nem havia condições para tal) de abalar a estrutura agrária vigente e as relações de poder.

Apesar da enorme concentração fundiária, a luta de classes sempre se manteve latente, segundo as palavras do *Manifesto Comunista* “A história de todas as sociedades existentes até hoje é a história da luta de classes”.

“É na sociedade capitalista que as classes fundamentais se diferenciam mais claramente, que a consciência de classe se desenvolve de maneira mais completa e que as lutas de classes são mais agudas. Nesse sentido, a sociedade capitalista constitui, sob esses aspectos, um ponto culminante na evolução histórica das formas da sociedade dividida em classes. Nessa perspectiva, as lutas de classes modernas têm importância fundamental na teoria marxista, porque seu resultado final é concebido como uma transição para o socialismo, isto é, para uma sociedade sem classes.” (Dicionário do Pensamento Marxista 1983,p.355)

Foi debaixo do manto da violência da elite agrária e das forças armadas, sob a jurisdição do Estado que movimentos sociais, sindicatos, organizações de trabalhadores foram coibidos, ameaçados por reivindicarem uma nova estrutura fundiária que pudesse oferecer equidade na distribuição de terras brasileiras, que lhe garantisse os meios de reprodução social necessários para permanecer no campo, vivendo do seu território e fazendo cumprir a função social da terra, prevista há tanto tempo e não colocada em prática.

Sabe-se que mudar esta estrutura agrária é mudar a forma como o capitalismo se expressa no país, dominado por uma elite subserviente ao capital internacional, sob a forma



de capitalismo dependente. Mudar a estrutura agrária significa mudar as relações de poder e de produção cruciais que mudariam o modelo de desenvolvimento predatório vigente para um país que pertença de fato aos brasileiros e brasileiras.

### 3 TERRA, OCUPAÇÃO E DISPUTA NA AMAZÔNIA BRASILEIRA

Não é possível pensar o Brasil sem pensar a Amazônia, localizada ao norte da América do Sul, a Amazônia compreende toda a Bacia Amazônica, que engloba nove países da Amazônia Continental. No Brasil concentra-se 64% deste bioma e 59% de todo o território nacional, os outros países são a Bolívia, Peru, Equador, Colômbia, Venezuela, Guiana, Guiana Francesa e Suriname. Nesta região concentram-se grandes reservas de riquezas naturais por conter a maior biodiversidade de uma floresta tropical do planeta. (SOUZA 2009)

**Figura 1- Mapa da Amazônia Continental**



Fonte: <https://guiadoestudante.abril.com.br/universidades/site-do-almanaque-abril-lanca-especial-sobre-a-amazonia/>

A Amazônia ainda tem especificidades de seu processo de formação socioeconômica e sua ocupação territorial. Neste trabalho não busco apresentar todos os aspectos da região, até por que não seria possível num trabalho de conclusão de curso, mas um breve apanhado histórico da ocupação e da disputa de interesses diversos que pousam sob este espaço. Por isso se apresenta um pequeno retrato para dimensionarmos a região e apresentar os desafios para o futuro da Amazônia.

Márcio Souza (2009) traz a seguinte perspectiva sobre a identidade amazônica: acredita-se que sempre esteve expressa nos países da América do Sul, faz parte da construção da identidade e do espírito nacional. A história da Amazônia foi fruto de um impacto colonial, e a história do povo amazônico foi se moldando até se tornar uma real expressão de suas identidades. (Souza 2009)

“Mas, como sabemos, a Amazônia é um enorme subcontinente. Não poderia contar uma História sem que essa fosse, ao mesmo tempo, uma das formas da diversidade. Por que o subcontinente amazônico é o resultado de uma inverossímil amálgama de diferenças microrregionais, cada uma com sua cultura particular, com a própria História”. (Souza 2009, p.16 e 17)

Existe no imaginário popular uma ideia de Amazônia como uma grande floresta, onde só existem indígenas, com seus grandes rios e onças perigosas. Mas a verdade, é que a Amazônia é também uma grande floresta de **gentes**, em variadas realidades e conexões próprias com o meio natural, fazendo com que a floresta faça parte da própria identidade dos sujeitos que dela vivem, esta identidade e pertencimento pode ser observada pelo povo acreano, um profundo sentimento de **florestania**<sup>2</sup>.

Foi por compreender este sentimento e defender essa identidade amazônica que surge Chico Mendes, grande defensor dos povos da floresta e líder da organização dos seringueiros, a luta era contra os grandes seringalistas que determinavam relações de trabalho análogas à escravidão. Foi pela insubmissão, indignação e organização destes trabalhadores extrativistas que se conquistou o primeiro modelo de reserva ambiental em que dentro permanecesse o povo da floresta, os seringueiros extrativistas. Surge então as Reservas Extrativistas, não sem antes um longo período de intensas lutas e **empates** que resultaram no assassinato de Chico Mendes por fazendeiros da região em sua própria casa. O empate era um instrumento da luta dos seringueiros e seringueiras, onde formavam um grande cordão humano, de mãos dadas para impedir a devastação de determinada parcela da floresta a mando dos patrões e obrigando os empregados dos patrões a assinarem um documento garantindo que a derrubada seria suspensa, **empatando** o desmatamento, por isso o nome; na linha de frente do cordão do empate estavam as mulheres e as crianças prontas para defenderem a floresta em pé.

A história recente da Amazônia se passa desde o período colonial, mas o impacto na região no processo de colonização só foi percebido posteriormente, pois as tentativas de ocupação territorial ainda estavam voltadas para o litoral, iniciando pela zonas costeiras e posteriormente se adentrando os rios, pouco a pouco se interiorizando até chegar às terras amazônicas.

Até o final do século XIX poucos registros de propriedade privada existiam, as terras amazônicas pertenciam basicamente à União e Estados ( Machado 2011), era preciso um

---

<sup>2</sup>Florestania é um conceito criado por Antonio Alves, cronista, poeta e pensador acreano, no final dos anos 80 para promover a "cidadania" adaptada à floresta amazônica. O pressuposto da formulação é a preservação das riquezas naturais da floresta como condição para o desenvolvimento humano econômico e social. Disponível em: <http://www.altinomachado.com.br/2008/04/florestania.html>

grande processo de colonização que pudesse integrar o Estado Nacional brasileiro, em particular, a Amazônia.

“De acordo com os dados as Estatísticas Cadastrais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, naquela época, menos de 1% destas terras possuíam título de propriedade privada. Ou seja, a quase totalidade das terras da Região Amazônica era constituída por terras públicas e livres de titulação.” (MACHADO 2011,p. 1)

Não existir registros de propriedade não significa que não se existia ocupação do território, haviam populações indígenas, ribeirinhas, atividades extrativistas e pequenos roçados de agricultura de subsistência. Essas ocupações com base na posse e não no título de propriedade integravam espaços legítimos de uso por seus ocupantes. (MACHADO 2011).

A corrida da borracha no final do século XIX, fez com que o processo de ocupação lento se transformasse numa corrida rumo à Amazônia, o primeiro ciclo da borracha foi responsável por atividades basilares da economia brasileira, onde trabalhadores de todos os cantos do Brasil migraram para o norte do país, o grande “vazio demográfico” e berço das novas oportunidades. (MACHADO2011)

O período que antecedeu a Segunda Guerra Mundial tornou a Amazônia uma região estratégica em termos geopolíticos e ainda no Governo de Getúlio Vargas começa a se investir na ocupação da região. “Em um início de uma fase de planejamento governamental que afetaria sobremaneira a dinâmica de apropriação e ocupação de terras, com a formação do aparelho do Estado e sua crescente intervenção na economia e na região” (MACHADO 2011,p.91), correspondendo a fase de implantação do Estado Novo e a conhecida “Marcha para o Oeste”. A intenção era antes de tudo, explorar economicamente as matérias primas e projetar o país diante o cenário internacional.

Até a década de 50 se intensifica a industrialização e mudanças precisam ser feitas para a modernização da agricultura, o processo que chamamos de modernização conservadora, mas estas transformações não são homogêneas no espaço nacional, segundo Minc (1986) até 1950 o Norte e o Centro Oeste ainda estavam relacionados com o extrativismo florestal e a mineração.

Estas atividades econômicas eram dominadas pelo capital comercial e assentes em relações sociais conhecidas por “aviamento”, onde os seringueiros, os coletores de castanha-do-pará, e por vezes, os garimpeiros, estavam submetidos às firmas exportadoras de Manaus e Belém através de uma longa rede de intermediários, da qual o terminador era o “aviador”. (MINC 1986,p.33)

O aviador era o agente que recolhia e distribuía os produtos extrativistas recolhidos com seringueiros, castanheiros e garimpeiros em troca de produtos como pólvora, bebida, cigarro, querosene, café e cigarro. Eram assim “aviados” tais produtos aos trabalhadores, criando uma relação de endividamento e sujeição aos preços cobrados pelos atravessadores, quer pela cesta fornecida, quer pelas mercadorias coletadas na semana ou quinzenalmente (MINC 1986,p.33)

“O seringueiro, retirante nordestino que fugia da seca e da miséria, era uma espécie de assalariado de um sistema absurdo. Era aparentemente livre, mas a estrutura concentradora do seringal o levava a se tornar um escravo econômico e moral do patrão. Endividado, não conseguia mais escapar. Quando tentavam a fuga, isso podia significar a morte ou castigos corporais físicos. Definhava no isolamento, degradava-se como ser humano, era mais um vegetal do extrativismo.” (SOUZA 2009, p. 273)

Em 1953 começa a aumentar exponencialmente os fluxos migratórios, com a criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia- SPVEA, “com o objetivo de se aplicar em projetos de desenvolvimento três por cento do total de impostos recolhidos em todo o Brasil” (Souza 2009,p.321) iniciando um processo intenso de concessão de terras na Amazônia, mas a terra não era para todos, para os colonos, migrantes despossuídos nordestinos que fugiam da seca do Nordeste, era para o grande empresariado que seriam capazes de integrar o Estado Nacional, expandindo a fronteira agrícola, elevando a agricultura brasileira a um outro patamar, junto com este empresariado, poderosos donos de terra que possuíam acesso ao poder, passam então a se instalar na região com a perspectiva de se apoderarem das terras e dos recursos naturais. (MACHADO 2011, BARROS 2016)

“A SPVEA falhou completamente em sua tarefa de desenvolver a região, porque considerou o atraso da Amazônia, e sua pequena integração ao país, menos como resultado global da expansão do capitalismo no Brasil que do resultado da falta de infra-estruturas sociais e de estradas e vias de acesso.” (SOUZA 2009,p.323)

Mas a partir da década de 60, passada a fase de redescoberta e definição do território amazônico, a região entra em um novo momento, fundamentada pela Doutrina de Segurança Nacional do Governo Militar (1964-1985), é implantada a Ditadura Militar. Houve um fortalecimento de centros capitalistas em São Paulo e Rio de Janeiro que apresentava a necessidade de um aumento espacial do mercado interno nacional, seja para o fornecimento de matérias-primas para a indústria, seja para colocação de produtos industriais em outras regiões desintegradas. (MINC 1986, MACHADO 2011)

Foi investido através de recursos públicos e isenções fiscais uma nova forma de agricultura, potencialmente técnica, prioritariamente latifundiária e monocultural, a

modernização conservadora que colocou a propriedade da terra de forma hegemônica nas mãos de grandes grupos privados que transformaram grandes capitalistas em latifundiários, criando os precedentes para os graves problemas ambientais e territoriais da Amazônia. Este processo implementado na Ditadura revelou a principal intenção do processo de integração, na verdade o sonho do direito à terra e ao território se vê em cheque e a massa de trabalhadores rurais sendo sujeito da exploração da sua força de trabalho pelos grandes senhorios latifundiários. Com o slogan: *Integrar para não Entregar* o projeto do então presidente Médici se coloca como plano de fundo do processo de ocupação da Amazônia Brasileira, exploração de seus recursos naturais e perseguição às organizações dos trabalhadores.

“Depois do golpe militar de 1964, a Amazônia foi ocupada pelo capital nacional e internacional, com incentivo do governo federal. Mas para isso os militares tiveram de caçar, perseguir e exilar as lideranças democráticas e populares da região”. (Souza 2009, p. 324)

Já nos anos finais da década de 60 e início dos anos 70 acontece o maior projeto de colonização agrária da história do Brasil. Foram criadas as Superintendências de Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM que substituiriam a SPVEA já no governo de Castelo Branco (1966). A atividade agrícola e a pecuária extensiva foram as grandes atividades incentivadas pelos militares.

“Ao mesmo tempo em que centenas de milhares de camponeses empobrecidos se dirigiam às novas fronteiras em busca de “terras livres”, as políticas fiscais e de créditos para grandes projetos nestas mesmas áreas atraíam diferentes agentes econômicos ligados ao capital financeiro, agrícola e industrial. Desde 1966, tais grupos começaram a receber recursos da Sudam (Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia) e do BASA (Banco da Amazônia S.A.) (MINC 1986, p. 35)

Figura 2- Propaganda da SUDAM de 1970



Fonte: Arquivo Nacional

Mais de 100.000 famílias nordestinas e do Centro-Oeste migram para as regiões amazônicas sob a alegação do regime militar de colonizar o “vazio demográfico” da região. Na verdade este vazio não se existia na realidade, era uma forma de apagar os povos que ali já existiam e legitimar o processo de ocupação. Este movimento faz de um processo natural algo intencional, onde milhares de brasileiros se veem realocados para uma região até então estranha. Estas famílias tiveram como horizonte um futuro melhor e mais digno como forma de sair da pobreza e da fome, uma *“Amazônia sem homens, para homens sem terra”*.

Até então, a Amazônia pouco habitada era ainda basicamente formada pelas nordestinos que saíam dos confins do Brasil para ter um pedaço de chão para plantar e sobreviver. Ao chegarem à Amazônia não tiveram terra, mas tiveram seringais para extrair o látex, a borracha da seringueira. Os homens chamados para os seringais eram chamados de soldados da borracha. Quando diferente, trabalhavam na extração de minérios nos garimpos, nas duas

situações sob condições degradantes e precárias. O sonho do acesso à terra não se consolida e uma nova formação social se constrói dos povos da floresta, resultando principalmente na miscigenação de nordestinos e populações indígenas, os caboclos.

Chegamos a um ponto importante que marca um grave problema territorial consolidado através da violência brutal de expropriação de terras. Era preciso garantir que os homens do campo não se tornassem pequenos colonos com pequenas propriedades de terra em suas unidades familiares, era preciso fixar uma mão de obra necessária aos grandes projetos e que essa massa de trabalhadores se submetessem ao trabalho assalariado e à exploração. Assim surge na nossa história recente os trabalhos análogos à escravidão.

Povoados que se formavam pela expansão camponesa eram tomados pelas empresas de grilagem que aproveitando o aumento da densidade populacional, a floresta derrubada, os caminhos abertos, o comércio instalado, grilavam as terras se denominando donos, primeiramente submetendo os camponeses ao arrendamento da terra e obrigando-os a trabalharem no local reconhecendo o poder e a propriedade dos novos senhores, obrigando-os a entregarem parte da produção como forma de pagamento, Carlos Minc descreve os 10 atos que consolidaram a grilagem das terras:

“1ºAto- Uma área importante é ocupada por fazendeiros e grileiros, cercando de alguma forma os grupos de posseiros e de caboclos já instalados anteriormente no local.

2ºAto- Os grileiros e outros grupos emissários a mando de fazendeiros tentam dividir a coesão do grupo, oferecendo vantagens a uns, intrigando outros.

3ºAto- Um emissário chega com dinheiro para comprar uma ou duas áreas de posse.

4ºAto- O gado chega para a fazenda, e a linha das cercas vai avançando

5ºAto- É montada a central de boatos, que propagam a valentia e força do grileiro e seu grupo, e trazem histórias carregadas de ameaças.

6ºAto- Depois que os mais tímidos e receosos abandonam suas terras e se embrenham mais longe na floresta, os capangas queimam as roças dos que ficaram e soltam o gado que come suas plantações.

7ºAto- Os posseiros mais combativos se organizam e se armam, e os fazendeiros e grileiros denunciam o fato à polícia e instigam as autoridades a realizarem batidas para desarmar os posseiros.

8ºAto- Quando entram em cena advogados, sindicalistas ou padres que defendem o grupo camponês, os fazendeiros os denunciam e intrigam com as autoridades locais, e os capangas dos grileiros os ameaçam ou mesmo os assassinam,

9ºAto- Ocupando assim todas as terras, os grileiros entram na justiça com uma liminar demandando a posse e a propriedade das terras.

10ºAto- Através de um processo sumário, os grileiros sua pretensão ao Instituto de Terras e dão “um jeito” para que o edital a referente, que deve ser fixado por 30 dias, apareça apenas num quadro de avisos no interior do próprio Instituto de Terras. Passado este período recebem a titulação definitiva”. (MINC 1986,p. 38)



Por isso a expansão econômica na Amazônia com a expansão das fronteiras agrícolas, exploração de minério e madeireiro além de criar um crescimento e intensificação dos conflitos agrários, gerou mais desigualdade social e danos irreversíveis ao meio natural. A antiga Amazônia, antes impenetrável, tornou-se um polo de exploração natural, comprometendo as populações que tanto já eram agentes históricos destes espaços, como também envolvendo novos agentes em busca de uma oportunidade para viver. Temos assim o abandono e a banalização da violência destes trabalhadores rurais coibidos pela ponta do fuzil da Ditadura. Estes conflitos atualmente se revelam na luta dos movimentos sociais pelo direito à terra como forma de reprodução social do campesinato.

A partir desse breve apanhado histórico da ocupação territorial na Amazônia, podemos chegar a algumas conclusões iniciais, apesar da região concentrar a maior parte do território brasileiro é atualmente o menos habitado e isso se deve principalmente pela distribuição fundiária da região, o despovoamento de regiões de floresta para os grandes centros urbanos, a disputa por seus recursos naturais e a grande concentração econômica aos grandes centros urbanos.

“Por um lado - assim como todo o povo brasileiro – os camponeses foram privados dos direitos de expressão, reunião, organização e manifestação, impostos pela truculência da Lei de Segurança Nacional e do Ato Institucional nº 5. Por outro, a ditadura implantou um modelo agrário mais concentrador e excludente, instalando uma modernização agrícola seletiva, que excluía a pequena agricultura, impulsionando o êxodo rural, a exportação da produção, o uso intensivo de venenos e concentrando não apenas a terra, mas os subsídios financeiros para a agricultura.”  
(Site OficialMST)

Mesmo com a redemocratização do Brasil em 1985 e a consolidação através da Constituição Federal de 1988 não foi possível democratizar o acesso à terra, os milhares de despossuídos continuaram a viver sob às margens do poder público e as tentativas de Reforma Agrária fracassaram. Aliado ao aprofundamento das desigualdades sociais, fruto da concentração fundiária, formaram-se graves problemas ambientais, de destruição das florestas, poluição de corpos hídricos, exploração madeireira ilegal, assim como de garimpagem. Sob a tática da violência, até hoje se consolidam as estruturas fundiárias amazônicas aprofundando as intensas disputas de projeto de desenvolvimento para a Amazônia pautada sob a lógica de interesses antagônicos, tais aspectos atrelados à configuração atual do Brasil, num contexto de grave crise política na qual expõe os verdadeiros interesses do capital internacional e do mercado financeiro sob as riquezas naturais brasileiras a fim de desnacionalizá-la.

“O drama da Amazônia é que ela se pulverizou em Estados emergentes, cada um deles organizados de muitas formas constitucionais, onde a região se inseriu como periferia ou fronteira econômica (..) O mesmo afã salvacionista pôs a Amazônia no centro do mercado capitalista, e tudo virou mercadoria. Como observou Chico Mendes, querem colocar uma etiqueta de preço em cada pedaço da região. No entanto, como pôr no mercado a identidade do povo da Amazônia? Identidade que hoje não se dissocia da cultura e do processo histórico” (SOUZA 2009,p.15 e 16)

Algumas perguntas podem ser feitas sobre os caminhos da Amazônia brasileira, a questão agrária antecede a questão ambiental? O processo histórico nos mostra possivelmente essa afirmação, é preciso refletir se será a preservação do meio ambiente que permitirá o acesso à terra, ou será o acesso à terra que permitirá preservar o meio ambiente. Hoje, o pano de fundo da questão ambiental brasileira é justamente a questão agrária e a distribuição fundiária do território, prova disso são as grandes problemáticas ambientais atuais, que devido a expansão da fronteira agrícola reflete a enormidade dessa desigualdade, mostrando primeiramente ser uma questão de terra, impedindo formas alternativas de desenvolvimento, e aqui entra, o desenvolvimento com a preservação do meio ambiente, como também formas alternativas de agricultura que sejam ecologicamente mais sustentáveis.

A configuração da distribuição fundiária atual também impede a produção de novos produtos que fogem a lógica padronizada do mercado que é guiado por uma política comercial externa ao Brasil, por fim, que conseqüentemente, reproduz as desigualdades de classe e as extremas desigualdades regionais. Pensar a questão ambiental brasileira e um projeto para a Amazônia é pensar o direito de acesso à terra e novas formas de ocupação do território, este é um grande predisposto do caminho do desenvolvimento nacional, que englobe realidades diversas do nosso povo e construa novos caminhos tecnológicos e científicos.

Não há então uma resposta pronta para resolução do conflito atual, ou uma única maneira de desenvolver a Amazônia, há na verdade os variados caminhos dialéticos que podem eclodir numa maneira de pensar a Amazônia sob a perspectiva brasileira e sob os interesses mais profundos de sua nação. É necessário um projeto que aglutine estes interesses e coloque o Brasil nos rumos que só ele pode encontrar, não será uma medida externa, nem a resolução estrangeira, precisa ser antes de tudo, uma escolha do povo por seu projeto de nação.

### 3.1 RONDÔNIA NO CORAÇÃO DA DISPUTA

Tendo como panorama a exposição do tópico anterior do processo de ocupação do território amazônico, encontra-se Rondônia. Inicialmente, houve dificuldades para ter acesso à história agrária de Rondônia, parte do material produzido traz lacunas sobre os conteúdos de processo imigratório para o Estado, os conflitos agrários e a forma de resistência das populações tradicionais amazônicas.

Rondônia é a porta de entrada para a Amazônia brasileira pela BR- 364, sua ocupação se deu por ciclos econômicos. Obras como a Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, segundo Souza (2009), o império brasileiro de Dom Pedro II percebia a necessidade de uma ligação mais eficiente com os territórios do oeste, especialmente na Guerra do Paraguai, em 1872 uma primeira tentativa de construção da ferrovia se iniciou sob comando do Coronel Church. A firma contratada, P&T Collins, por desconhecer a região experimenta uma série de fracassos, um barco naufraga e 80 pessoas morrem afogadas, perdendo mais de 700 toneladas de material e equipamentos, mais de 6 anos depois apenas 3 km de trilhos estavam assentados e os trabalhadores morriam em massa, de malária, disenteria, pneumonia, ataques indígenas. Em 1879 a firma faliu e tudo foi abandonado.

Trinta anos depois o governo brasileiro abre concorrência para a construção da ferrovia que se concretiza sob a liderança da firma americana Madeira-Mamoré Railway Limited liderado pelo empresário Percival Farquhar. Milhares de trabalhadores morreram, tanto pelos rigores da floresta tropical que contribuía para a diminuição da expectativa de vida, mas principalmente, pelas relações brutais de trabalho, matando 3.600 trabalhadores; sendo considerada para o período - um grande sucesso-, do canteiro de obras surgiu a cidade de Porto Velho.

Conjuntamente neste mesmo período começa a se encerrar o primeiro Ciclo da Borracha, a ferrovia surge já com a exaustão desse ciclo, a extração do “ouro branco”- leite da seringueira- foi fundamental para o processo colonizador de Rondônia com grande migração de nordestinos como descrito no tópico anterior, nos anos 40 surge um novo ciclo da borracha que atrai também milhares de novos soldados da borracha.

Posteriormente a este período o avanço da garimpagem formou um novo processo de colonização do Estado, garimpeiros em busca de diamante, cassiterita e ouro, até que finalmente surge o último ciclo com a abertura da BR- 364, no traçado da linha telegráfica implantada pelo Marechal Cândido Rondon, sendo inclusive o nome homenageado que batizaria o estado, mas sabe-se que seu primeiro nome foi Guaporé.

Marechal Cândido Rondon tem uma grande marca para o estado de Rondônia, foi responsável pela inovação na comunicação do Brasil. Rondon desbravou 77 mil km no sertão brasileiro, o suficiente para dar quase duas voltas ao mundo, fez trabalhos etnográficos extensos por vários povos indígenas e inovou a comunicação na região amazônica brasileira por meio da instalação de telégrafos.

Como se vê, a formação do estado de Rondônia em plena Amazônia tem uma história peculiar, sua formação não se deve aos grandes rios como em outros estados, mas à construção de empreendimentos empresariais, projetos de integração como a SUDAM e estradas. Apesar dessas características, não exime as principais delas, uma região de graves conflitos agrários, um enorme impacto ambiental tendo perdido quase 40% de sua cobertura de floresta, as graves contradições entre Capital X Trabalho e as constantes violações de direitos humanos nas disputas de territórios entre grandes latifundiários, madeireiros e empresários contra camponeses e indígenas.

Segundo Minc (1986) entre março de 1973 e março de 1985 cerca de 110 mil famílias de imigrantes chegaram até Rondônia em busca de terra, nestes 12 anos, 29 mil famílias foram instaladas em diferentes PIC- Projetos de Colonização Integrada e pelo PAD- Projetos de Assentamento Dirigido do INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. Os projetos arrecadaram cerca de 6,8 milhões de hectares entre terras públicas ilegalmente ocupadas e terras de grandes seringais. Até 1979, os colonos selecionados recebiam lotes de 100 hectares. Com o decorrer dos anos o tamanho dos lotes foi reduzido para 50 hectares e 40 hectares. Para Minc (1986) apesar dos projetos de colonização terem tido êxito muito inferior ao planejado, reconheceu que a colonização do INCRA em Rondônia representou uma significativa democratização da estrutura agrária, passando entre 1970 e 1980 de sete mil estabelecimentos agrícolas para 49 mil, ampliando sua área total de 1,6 milhão de hectares para 5,7 milhões de hectares. Isso se deve principalmente porque em Rondônia a colonização oficial desmontou boa parte do domínio seringalista da região e criou uma base importante de colonos vindos do **Sul** e do **Sudeste**, estes colonos por suas próprias origens regionais, chegaram à Rondônia com alguma experiência de gestão independente e de explorações familiares, entrando nos critérios de subsídios do Banco Mundial, o restante da Amazônia, principalmente o Pará, recebia em sua maior parte imigrantes de um campesinato muito pobre que não se ajustava nos critérios de financiamento.

Apesar das tentativas de democratização da terra, os conflitos agrários se perduraram, sendo um reflexo da situação nacional de predominância do latifúndio e acelerado processo de

expulsão de assalariados e camponeses. Em 1986 um terço dos colonos já haviam vendido seus lotes, segundo o autor Carlos Minc (1986):

“A expansão da colonização oficial foi uma resposta às pressões colocadas pela crescente imigração e atendeu a parte dos interesses econômicos regionais. Mas a condução desse processo representou uma violenta e inconcebível agressão ao patrimônio ecológico da região e às nações indígenas locais, como os Gavião e os Nambikwara. As estradas construídas e planejadas cortaram ao meio duas reservas biológicas e seis reservas indígenas de Rondônia”. (MINC 1986, p. 47)

Segundo os dados do INCRA disponibilizados no sítio eletrônico oficial da instituição, pode-se ter acesso a um panorama da questão agrária em Rondônia atualmente, as demandas por terra dos camponeses do estado e a diminuição paulatina das expropriações para Reforma Agrária nos últimos anos:

**Tabela 1- Dados do INCRA de Reforma Agrária no Estado de Rondônia**

<b>RONDÔNIA</b>	<b>2000</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>	<b>2017</b>	<b>Total de 1994 à 2019</b>
<b>Famílias Assentadas</b>	2809	1007	649	22	46.586
<b>Decretos Desapropriatórios</b>	4 imóveis 32.035 hectares	1 imóvel 890 hectares	3 imóveis 39.514 hectares	0	65 imóveis 2.057.831 hectares
<b>Áreas de Projetos de Reforma Agrária</b>	16 projetos 181.705 hectares	5 projetos 9.430 hectares	22 projetos 874.474 Hectares	0	224 projetos 6.227.101 hectares

Elaboração própria- Fonte: <http://www.incra.gov.br/reforma-agraria/questao-agraria/reforma-agraria>

Ao observarmos os dados obtidos, pode-se perceber um declive constante do número de famílias assentadas do PNRA-Programa Nacional de Reforma Agrária em Rondônia; os decretos de desapropriação de imóveis chegaram a 0 no ano de 2017. A desapropriação de imóvel rural para fins de reforma agrária está previsto no Art. 184 da CF/88:

“Art. 184. Compete à União desapropriar por interesse social, para fins de reforma agrária, o imóvel rural que não esteja cumprindo sua função social, mediante prévia e justa indenização em títulos da dívida agrária, com cláusula de preservação do valor real, resgatáveis no prazo de até vinte anos, a partir do segundo ano de sua emissão, e cuja utilização será definida em lei.”

Cabe ressaltar que o não cumprimento da função social da terra não se refere apenas à produtividade, é imprescindível que se atenda aos quatro incisos do Art.186 da Constituição Federal que correspondem ao seu elemento econômico, elemento ambiental e elemento social.

Ainda em 1999, o Ministério Público do Estado de São Paulo afirmou essa necessidade através da “Carta de Ribeiro Preto pela Reforma Agrária em Defesa do Meio Ambiente”:

“Somente cumpre a função social a propriedade rural que atenda simultaneamente aos elementos econômico, ambiental e social. A degradação ambiental da propriedade rural, seja ela pela utilização inadequada dos recursos naturais ou pela não preservação do meio ambiente, implica aproveitamento irracional e inadequado da terra. Há, portanto, vinculação entre os elementos econômico e ambiental da função social, sendo impossível dissociá-los. Não pode ser considerada produtiva, do ponto-de-vista jurídico-constitucional, a atividade rural que necessite utilizar inadequadamente os recursos naturais e degradar o meio ambiente para alcançar o grau de eficiência na exploração da terra.” (Carta de Ribeirão Preto pela Reforma Agrária em Defesa do Meio Ambiente, 1999.)

Por último, os dados de Projetos de Reforma Agrária que evidencia um crescimento da demanda por terra das famílias camponesas do ano de 2006 a 2010, com um aumento significativo do número de projetos de reforma agrária, mas que em 2017 também se chegou a 0 o número de novos projetos de reforma agrária, evidencia o sucateamento da política e os novos interesses dos últimos anos da política brasileira em beneficiar os grandes latifúndios e o mercado agroexportador em detrimento de assentar famílias de agricultores pobres que buscam através da terra uma forma de produzir, se emancipar e ter dignidade.

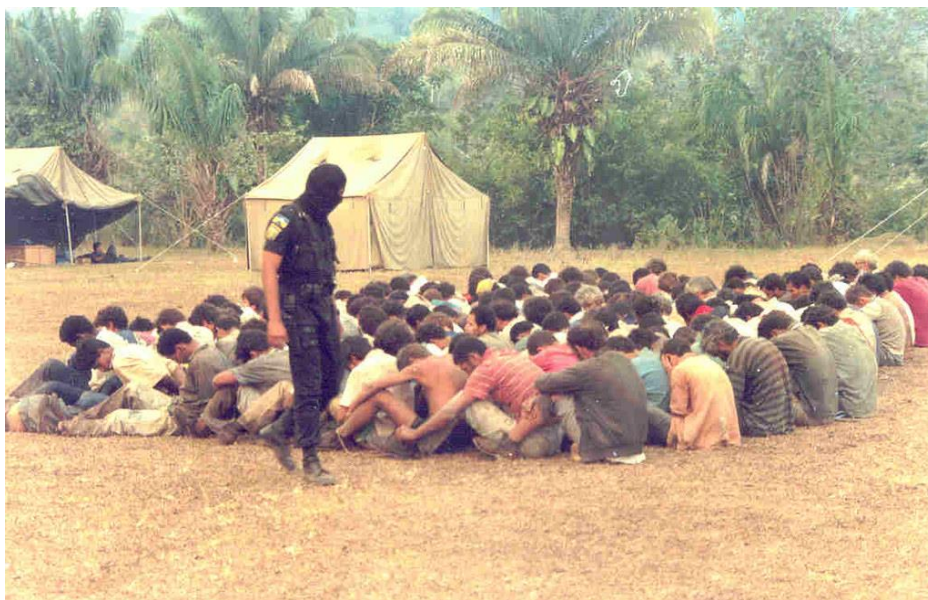
Rondônia está no coração da disputa porque é permeada de diversos agentes antagônicos, em que do lado dos mais fracos a violência é sempre utilizada para matar, para retirar direitos, para intensificar as lutas permanentes criando uma necessidade de resiliência da população camponesa. Segundo dados da CPT- Comissão Pastoral da Terra de 2016, foram registrados 61 assassinatos em conflitos no campo, 21 destes apenas em Rondônia, de um total de 228 prisões, 184 na Região Norte e 88 somente em Rondônia, o equivalente a 39% das prisões derivadas por conflitos no campo no Brasil. Uma crescente violação de direitos tem se intensificado na região, principalmente os assassinatos, as tentativas de assassinatos, as agressões físicas, ameaças de morte e prisões, o estado de Rondônia além de concentrar o maior número de assassinatos e presos, foi o segundo estado com o maior número de agredidos em 2016.

Em 1995, Rondônia foi palco de um dos maiores massacres de conflitos agrários da história recente do Brasil. Um ano depois deste massacre acontece o Massacre de Eldorado dos Carajás matando 19 camponeses que lutavam pelos seus direitos, no Massacre de Corumbiara,

“Aconteceu na Fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara, Rondônia. Naquele dia, os camponeses que estavam no acampamento da fazenda Santa Elina desde o dia 14/07/1995, foram emboscados de madrugada com bombas de gás lacrimogêneo. 355 trabalhadores foram presos e torturados, mulheres

foram usadas como escudo por policiais e jagunços, oito trabalhadores foram executados sumariamente e o acampamento foi incendiado com todos os pertences dos posseiros. Até hoje ninguém foi punido. O júri popular foi uma farsa, pois condenou dois camponeses sem provas nos autos, e os mandantes dos crimes sequer foram réus no processo judicial. Corumbiara ainda espera por justiça e a mãe do jovem Darli ainda espera a volta do filho.” (MESQUITA 2001, p. 34)

### **Fotografia 1- Camponeses reféns no Massacre de Corumbiara**



Fonte: Site Oficial do MST

Estes dados refletem um crescimento do número de violência nos últimos anos, não coincidentemente, o Brasil vive uma grave crise política e econômica que ameaça a democracia e tensiona os conflitos de terra existentes. Encontramos em Rondônia o Acampamento Margarida Alves II- Nova União (RO), objeto deste estudo, que a partir da organização popular de trabalhadores rurais tecem uma luta árdua pelo direito à terra, permeada de violências, mas que traz em sua essência a vontade de transformação, por condições dignas de acesso aos direitos sociais fundamentais.

A seguir, apresentaremos no capítulo 3 este acampamento, longe de trazer respostas definitivas, este trabalho se propõe a pensar essas gentes que hoje habitam a Amazônia Brasileira, de forma a se fazer perceber o protagonismo e a força dessas pessoas para garantirem a sobrevivência e a emancipação. Pensar na diversidade dos povos que resistem no campo e que constroem múltiplas formas de viver, é pensar a adaptação ao meio natural, a

identidade revelada através do convívio com a floresta, as formas dinâmicas, territoriais e ambientais de produção de alimentos que desvelam grandes capacidades coletivas.



## 4 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

Figura 3- Bandeira dos Trabalhadores Rurais Sem Terra-MST



Fonte: Site Oficial do MST

### *O Movimento Sem Terra*

*Não somos covardes*

*Pegue os cereais e a lona, junte a criançada,*

*Pois Sem Terra organizado é terra ocupada,*

*De mãos dadas vamos juntos, não somos covardes,*

*Somos contra o latifúndio, só produz maldade.*

*Existem dois projetos em jogo,*

*Isso já está claro,*

*Contradições entre Sem Terra e latifundiários,*

*Pois um projeto a liberdade, vida e produção*

*O outro: injustiça, morte e especulação.*

*Companheirada, pra burguesia,*

*Não tire o chapéu,*

*Mesmo que ela nos prometa o céu, é falsidade, quer nos enganar!*

*Grita Sem Terra, unindo as forças*

*Ocupando o chão.*

*Mesmo debaixo dessa repressão*

*A nossa luta não pode parar.*

*A terra é mãe do lavrador,*

*É quem lavra este chão*

*E ela sendo repartida aumenta esse pão*

*O pão que encherá a mesa do trabalhador*

*Por isso é bem justa essa luta contra o repressor.*

*Fazer da luta imediata escola pro futuro*

*E derrubar o jogo duplo de cima do muro*

*Unidos campo e cidade, vamos construindo.*

*E um dia contra a burguesia Vai ser jogo duro.*

*Reforma agrária! Já que as direitas nunca fazem nada,*

*Trabalhadores das mãos calejadas*

*Organizados vão fazer na marra. Socialismo! Essa idéia não pode cair,*

*Mesmo que alguém tente nos iludir*

*A liberdade será conquistada!*

*(Zé Pinto)*

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra surgiu devido à grande desigualdade brasileira na distribuição fundiária, fruto de uma questão agrária estrutural e histórica. Como vimos nos capítulos que se antecederam, o Brasil se formou a partir de uma profunda contradição, sua história é permeada de muitas lutas e as nossas conquistas foram obtidas através de muito sangue de trabalhadores que deram a vida para lutar por outra sociedade, pelo direito à terra e à democracia.

Em 1953 acontece a I Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas, momento que se desenvolvia a luta dos posseiros e que passou a se organizar um movimento de camponeses. No ano seguinte os trabalhadores rurais nordestinos realizam seu primeiro congresso em Pernambuco decidindo criar as Ligas Camponesas, mas foi no Congresso de Recife, de 1955 que foi constituído a formação das Ligas Camponesas com atuação deste ano até a queda João Goulart em 1964 (MINC 1985).

“As finalidades das Ligas eram prioritariamente assistenciais, sobretudo jurídicas e médicas, e ainda de autodefesa, nos casos graves de ameaças a quaisquer de seus membros. As mais comuns eram aquelas que, contrariando o Código Civil, obrigavam à expulsão sem indenização pelas benfeitorias realizadas, e nesse sentido específico a ação das Ligas parece ter sido bastante eficaz. As lideranças pretendiam também, a médio e longo prazos, fortalecer a consciência dos direitos comuns, que compreendiam a recusa em aceitar contratos lesivos, tais como o cumprimento do “cambão” (dia de trabalho gratuito para aqueles que cultivavam a terra alheia) e outras prestações de tipo “feudal”. (CAMARGO 2013)

Concomitantemente, em 1954 é criada a ULTAB- União de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, reunindo mais de 300 representantes de trabalhadores agrícolas de 16 estados, os objetivos da ULTAB eram,

“Promover a organização de sindicatos, lutar por direitos civis e trabalhistas para os trabalhadores rurais, exigir previdência, seguro social e reforma agrária. Seu jornal, o *Terra Livre*, estimulava trabalhadores rurais a lutarem por melhores condições de trabalho e pelo salário mínimo, que ainda não havia sido instituído para o trabalhador da agricultura.” (MINC 1985,p.14)

Em 1959 a Conferência da ULTAB decidiu exigir um estatuto, capaz de assegurar direitos trabalhistas para o trabalhador rural, a livre manifestação e organização dos trabalhadores e um projeto de reforma agrária. Organiza-se em 1961 o Master- Movimento de Trabalhadores Sem Terra, que se somou às Ligas Camponesas e à ULTAB gerando outro patamar na luta no campo. Com o apoio dos sindicatos urbanos, o Governo de João Goulart reconhece as organizações dos trabalhadores e aprova no dia 2 de março de 1963 o ETR- Estatuto do Trabalhador Rural que garantiria a extensão para o campo da legislação trabalhista que já se encontrava na cidade havia mais de 20 anos. (MINC 1985)

Estes foram os movimentos que antecederam o MST na luta por terra e reforma agrária, tornando o MST posteriormente os herdeiros e continuadores dessas lutas, o MST surge no momento que o Brasil passava por profunda instabilidade, era o período da Ditadura Militar e do investimento na modernização conservadora da agricultura, um modelo agrário concentrador e excludente que expulsou milhares de camponeses do campo, excluindo a pequena agricultura das políticas de crédito e aprofundando o modelo agroexportador brasileiro, assim as ocupações de terras passam então a ser uma ferramenta da expressão camponesa e de contestação ao autoritarismo. Neste período a organização popular era perseguida, exilada e morta.

Assim, foi fundado no 1º Encontro Nacional em Cascavel, no Paraná entre os dias 21 a 24 de janeiro de 1984, com três objetivos principais: lutar pela terra, lutar pela reforma agrária e lutar por mudanças sociais no país, mas foi no 1º Congresso do MST em 1984 que foi tirado os princípios e formulações históricas que consolidam o movimento até os dias de hoje: a luta pela terra, pela Reforma Agrária e pelo socialismo, com os lemas: “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a Única Solução”.

A proposta de reforma agrária pelo MST requer mudanças profundas na sociedade, com alteração da atual estrutura de produção, de distribuição fundiária e da relação do ser humano com a natureza, assim como a superação da exploração da força de trabalho. Estes elementos de fato são primordiais para se alcançar o estágio da emancipação humana, mas sabe-se que mesmo a implementação de uma reforma agrária não é suficiente para romper com os mecanismos de dominação e de exploração de uma classe sobre a outra, por isso a necessidade da superação do modo de produção capitalista rumo ao socialismo de forma a permitir outro modelo societário.

Com base no *Caderno de debates n. 1 de Preparação para o VI Congresso Nacional do MST – 2013* podemos encontrar a resolução do V Congresso Nacional do MST que define o modelo de reforma agrária proposto pelo movimento e que precisava ser disputado no seio da sociedade, internalizando ao movimento e a partir do processo consciente criar uma política de massas. Dos objetivos da reforma agrária para os Sem Terra, podemos citá-los: a) eliminar a pobreza no campo; b) combater a desigualdade social, todas as formas de exploração dos camponeses e camponesas e a degradação da natureza, que têm suas raízes na concentração da propriedade e da produção no campo; c) garantir trabalho e educação para todas as pessoas que vivem no campo, combinando com distribuição de renda; d) garantir a soberania alimentar de toda a população brasileira, produzindo os alimentos necessários com qualidade e desenvolvendo os mercados locais; e) garantir a participação igualitária das mulheres que

vivem no campo em todas as atividades, em especial no acesso à terra, na produção e gestão, buscando superar a opressão histórica imposta a elas; f) preservar a biodiversidade vegetal, animal e cultural de cada região do Brasil, geradora de nossos distintos biomas; g) garantir condições de melhoria de vida para todas as pessoas e oportunidades iguais de trabalho, renda, educação, moradia e lazer, estimulando a permanência no campo, em especial da juventude.

Estes são os objetivos que perpassam por sete mudanças necessárias, a primeira delas no acesso à terra, aos bens da natureza e a aos meios de produção para todos aquele que dela querem viver e trabalhar; a segunda, democratizar a posse e o uso da água, de forma que a água esteja subordinada aos interesses do povo brasileiro, sendo proibida toda forma de propriedade privada da água; terceira, mudar a organização da produção do campo brasileiro, priorizando a produção agrícola de alimentos saudáveis a todo o povo; quarta, a mudança da produção agrícola deve vir acompanhada de um novo modelo tecnológico que através de um novo sistema de planejamento e tecnologias tenham enfoque ecológico e participativo e principalmente, que democratize a tecnologia agrícola aos trabalhadores rurais de forma que aumente a produção em equilíbrio com o meio ambiente, mudando a forma de se relacionar com a natureza e aprofunde programas massivos de formação em agroecologia; quinta, mudanças necessárias para o manejo sustentável da água e irrigação que hoje se encontra saqueada pelo modelo de agronegócio em vigor; sexta, uma política agrícola pública que garanta preços rentáveis para os agricultores, com uma política de crédito, seguro rural, assistência técnica e fomento à produção agroecológica; sétima, o acesso à educação como um direito fundamental de todas as pessoas, com democratização do acesso à educação escolar no campo e nas comunidades, oferecida pelo Estado com caráter público, gratuito e de qualidade, que ultrapasse os muros da escola e esteja comprometida com um novo projeto de desenvolvimento econômico, social e ecológico para o Brasil.

Estas e outras mudanças são almeçadas pelo MST e tentam se concretizar na luta política, mas que dependem da luta permanente do povo, no campo e nas cidades, acumulando forças para impor as mudanças necessárias e disputando os projetos que hoje estão postos para a sociedade brasileira, projetos estes protagonizados por classes sociais antagônicas, em que de um lado estão as classes dominantes, os latifundiários e as empresas transnacionais que revelam o projeto do atraso, do desenvolvimento predatório, da destruição dos biomas e da exploração dos trabalhadores e acumulação do capital. Do outro lado da disputa, os despossuídos, os trabalhadores, os sem terra, os povos da floresta, as periferias

urbanas, este é o projeto do caminho do povo, da preservação da natureza e que busca as alternativas que garantam justiça social, democracia e superação das desigualdades.

Atualmente, já se passaram 35 anos de sua fundação, período curto, porém importante para a construção da luta por reforma agrária, no intuito de transformar o campo em lugar onde trabalhadores e trabalhadoras possam viver com condições dignas, ter acesso à terra, à educação e a produção de alimentos saudáveis beneficiando o meio ambiente. Assim, o que diferencia o MST de outros movimentos sociais é que ele é um movimento popular porque envolve toda a comunidade, homens e mulheres, crianças, juventude e idosos se desafiando a se organizarem de forma coletiva, ampliando a consciência de classe e humana nas bases sociais da sociedade.

#### **4.1 UM ACAMPAMENTO NA AMAZÔNIA: ACAMPAMENTO MARGARIDA ALVES II**

O Assentamento Margarida Alves localizado no município de Nova União em Rondônia surge a partir de uma demanda concreta dos trabalhadores rurais sem terra da região por uma área em que pudessem morar, produzir e se desenvolver, organizados através do Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra implantam um acampamento demandando os imóveis ANINGA e FIRASA com área de 11.990 hectares.

Com base no *“Dossiê Informativo sobre Processos desencadeados envolvendo o Assentamento Margarida Alves- Nova União/RO”* elaborado pela COOMEAFES-Cooperativa Mista de Extrativismo, Agricultura Familiar, Ecologismo e Prestação de Serviços, foi possível adquirir importantes informações sobre os caminhos de consolidação do assentamento, os conflitos que permeiam até os dias de hoje e o histórico de violência contra as famílias dos assentados.

No período de criação do Assentamento, através de um acordo entre o INCRA e o MST decidiu-se a criar um projeto de assentamento que considerasse os aspectos ambientais, envolvendo a fauna, flora, rios, igarapés e nascentes da região para se criar uma Reserva em Bloco, chamada posteriormente de Bloco Ambiental Margarida Alves, contribuindo para que os assentamentos pudessem ter acesso aos recursos naturais de maneira sustentável e que a partir da relação dos assentados com a floresta pudessem construir formas conjuntas de preservação do meio natural, através do Manejo Florestal Sustentável. Já neste período havia graves conflitos com a retirada de madeira ilegal da floresta, por parte tanto de madeireiros da região como também dos próprios moradores que viviam ao redor da área de proteção.

Com a consolidação e entendimento das possibilidades legais de criação do assentamento pelo INCRA, conjuntamente com as definições políticas e técnicas, a reserva em Bloco Margarida Alves com aproximadamente 6 mil hectares se torna a maior reserva em bloco da região e o assentamento o segundo maior da região com 255 famílias beneficiadas diretamente.

Com a implementação da reserva em bloco sob a fiscalização dos órgãos ambientais IBAMA- Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis e da SEDAM- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Ambiental de Rondônia em conjunto com as entidades MST e COOMEAFES, foi iniciado um longo processo de mediação de conflitos regionais sob o uso dos recursos da floresta, a cooperativa então traçou estratégias de recuperação de áreas degradadas pelas constantes invasões, assim como iniciou o Plano de Manejo Sustentável nos blocos menos impactados.

Mesmo com o plano de manejo e as denúncias constantes aos órgãos responsáveis a extração ilegal de madeira continuou, o plano atingiu ao correspondente de 20% da área total do bloco e após vistoria da reserva foi possível constatar que em cerca de 50% do bloco houve intervenção de invasores, transformando a floresta em pastagem ou mata secundária (capoeirão), desde então foi intensificado a fiscalização da região a fim de coibir as invasões.

Os episódios de extração ilegal de madeira se intensificaram e assentados foram brutalmente espancados por cerca de 20 homens fortemente armados, as agressões aconteciam contra os trabalhadores inseridos no projeto de manejo, imagens e registros das agressões foram utilizadas para ocorrência policial como também constam no Dossiê elaborado pela cooperativa, sob posse dos trabalhadores. Neste caso, 10 pessoas foram presas e indiciadas por esbulho, organização criminosa e tortura, entre elas um policial militar e um sargento da reserva militar.

As agressões praticadas contra os assentados geraram grave comoção nos assentamentos, os trabalhadores torturados tiveram consequências psicológicas e a sensação de insegurança se intensificou em torno da reserva, tendo que concentrar centenas de famílias em uma mesma área para fugir da violência de pistoleiros que incendiaram os barracos de lona dos trabalhadores, expulsando-os de acampamentos que resistiam há 10 anos.

Foram nestas circunstâncias que surgiu o Acampamento Margarida Alves II, camponeses que devido a expulsão por madeireiros resolveram se organizar para permanecer e lutar pela terra; a partir da experiência do Projeto Vivência Amazônica pude ter contato com as famílias que ali residem e observar de maneira inicial suas relações sociais, a relação com a natureza e a inteligência coletiva que se firmam naquele território.

O projeto realizado pelo Núcleo de Estudos Amazônicos da Universidade de Brasília, visa organizar estudantes e professores de diversas áreas de conhecimento a construir um processo de colaboração interdisciplinar e coletivo capaz de pensar a diversidade do bioma amazônico e as particularidades de seus povos, levando a UnB para conhecer a realidade de perto, visitando as populações amazônicas para se construir um novo conhecimento científico comprometido com estas populações e suas demandas sociais, principalmente, a troca de saberes entre a ciência acadêmica e os saberes populares, elementos necessários para a construção de um novo projeto de sociedade e de alternativas para a Amazônia.

“05/12/2018

A Vivência Amazônica é um processo quase místico, amoroso e político pelo Brasil, mergulhar nesta vivência é encontrar com um Brasil profundo, percebe-se que não há saídas individuais para problemas coletivos e o despertar por este país nos torna cada vez mais responsáveis pelas consequências que este projeto precisa ter.

Mas a luta é cruel e os tempos que estão por vir não são ruins, são horríveis, e ir para o combate sem acumular forças significa o massacre de nossa gente, significa a morte de mulheres e seus filhos, nossas crianças. Precisamos encarar esta vivência com muito compromisso pelo Brasil que sonhamos e transformar cada carinho recebido, todo sorriso retribuído, todos os relatos de violências e choros em indignação consequente pela emancipação do povo” (Percepções retiradas do diário de campo pessoal)'

Desta forma, chegamos até o Acampamento Margarida Alves II no dia 08/12/2018, fomos recebidos carinhosamente pela comunidade e a partir da experiência, trocas e observação participante pude perceber aspectos formadores de uma consciência coletiva capaz de pensar para além de si mesmo, uma tomada de consciência enquanto classe trabalhadora, inserida no contexto de luta de classes e se organizando através dela para disputar os caminhos do Estado brasileiro dentro do contexto capitalista.

O Acampamento Margarida Alves II recebe o nome da líder sindical do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Alagoa Grande- PB, brutalmente assassinada em 1983 com um tiro de escopeta no rosto, na porta de sua casa, a mando de fazendeiros por defender os direitos do trabalhadores rurais. Margarida moveu mais de 70 ações por desrespeito às leis trabalhistas contra as usinas de cana de açúcar da região.

A história do acampamento é entrelaçada com a história de Rondônia e a sede de dignidade e direitos, pensar um acampamento de trabalhadores rurais sem terra na Amazônia requer particularidades singulares por sua própria localização geográfica, adaptação ao meio natural, o uso dos recursos naturais que são fatores-chave de sua economia e reprodução de modos de vida. Mas a principal delas é a necessidade da organização coletiva capaz de enfrentar as graves contradições internas e externas que se materializam por meio da violência

contra os movimentos sociais organizados, a Amazônia concentra o maior número de conflitos no campo no país, segundo dados da CPT (2018).

O Acampamento em questão revela a complexidade do entendimento da questão agrária na Amazônia e suas diversas facetas que se consolidam na ocupação do campo brasileiro. A partir da organização popular de trabalhadores rurais foi tecida uma luta árdua pelo direito à terra, permeada de violências, mas que traz em sua essência uma vontade latente de transformar a realidade, o sonho em ter condições dignas de acesso aos direitos sociais fundamentais e através da luta organizada elaboraram novas formas educacionais emancipatórias; mesmo em meio a violência contra estes trabalhadores, incluindo mulheres e crianças é possível encontrar a esperança e nova racionalidade que demanda a construção de um novo modelo de desenvolvimento.

No interior do acampamento surge um novo ser social, onde trabalhadores despossuídos de qualquer bem ou propriedade se veem inseridos numa coletividade nunca vivida antes, acessa conteúdos e questionamentos até então nunca vistos, rompe a barreira da ignorância e se observa numa totalidade, este processo podemos entender como um processo de consciência mas também educativo, um processo civilizador, de redescobrimto da sua própria humanidade, enquanto trabalhador, reconhecendo os frutos do seu trabalho.

Segundo Marx e Engels (1845/2005), conforme Filho (2015, p. 33), as características centrais e os pressupostos ontológicos da consciência refletem três premissas:

“a) de que a consciência é constituída em um processo social e histórico; b) de que ela se processo dialeticamente, conforme uma síntese permanente entre subjetividade e objetividade; c) de que a consciência é o que caracteriza o ser social como um ser pensante, que reflete sobre sua realidade e que age intencionalmente para modificá-la.”

Este ser social só pode ser pensado quando falamos da própria humanidade, ou seja, o único ser capaz de adquirir consciência é o ser social que tem como base o trabalho que se constitui na base de toda atividade econômica, é responsável pela produção e distribuição dos meios que permitem a satisfação das necessidades humanas, o suprimento destas necessidades são resultados deste trabalho, sendo este o meio necessário para a produção de qualquer bem, criando assim os valores que formam a riqueza social.

O trabalho não se dá de maneira imediata sobre a natureza, mas sim de um processo consciente e reflexivo, por meio de instrumentos de trabalho que mediam e se interpõem entre os que executam o trabalho e a matéria. Outra característica do trabalho é que este não se dá por determinações genéticas, como acontece com os outros animais, mas sim através de um processo de aprendizado, de experimentação e repetição.



Quando o homem - a humanidade- executa o trabalho ele modifica a matéria e modifica a si mesmo, no fim do trabalho obtém o resultado obtido que desde o início esteve na imaginação do trabalhador, por isso o trabalho se configura com uma atividade essencialmente teleológica.

Marx (1984) explicita justamente o ponto em questão, o trabalho é sempre uma atividade coletiva, o sujeito nunca é o sujeito isolado, mas sim, a interação e relação com outros sujeitos, por isso o trabalho é exercido exclusivamente pelos homens em sociedade, como também o processo histórico pelo qual surge o próprio homem, o ser social. Dá-nos uma perspectiva de ser (humano) e Ser Histórico (Existência).

Assim, o trabalho é fundante do ser social, justamente por que é do ser social que se refere quando fala-se em humanidade, o próprio desenvolvimento histórico é o desenvolvimento do ser social: o ser humano, quando mais o homem se humaniza, toma-lhe características intrínsecas, ou seja, quando mais se torna um ser social menos o ser natural é determinante em sua vida, este processo é possível através da diferenciação e complexificação das objetivações deste ser.

Assim, o ser humano- o ser social- é capaz de transformar-se porque transforma o externo através do seu trabalho, sendo este trabalho desenvolvido através das condições que predis põem a sociabilidade, é capaz de realizar atividades projetadas anteriormente na própria imaginação, objetiva-se o trabalho material idealmente, se relaciona e se expressa através da linguagem articulada, trata de suas atividades e a si mesmo de maneira reflexiva e consciente, é capaz de decidir entre alternativas concretas - o pensar e o agir-, universaliza-se os frutos deste trabalho e se socializa para sua própria reprodução social.

Estes aspectos apresentados são as principais características que integram o ser social e as condicionantes necessárias da diferenciação do ser humano de qualquer outro animal terrestre, através da práxis o ser social toma a sua atividade e toma a si próprio como objeto de sua própria reflexão e condição de ser humano.

Assim, para Marx (1984) o que difere o ser natural do ser social é principalmente a capacidade humana de se apropriar **conscientemente** de uma realidade, criando-a à sua maneira, de um processo que caracteriza de uma passagem de “Classe em Si”- fatores objetivos que determinam a existência de classe, para “Classe para Si”- a tomada de consciência desta classe, fazendo com que a consciência se transforme num papel ativo na construção da realidade social.

Através da organização coletiva percebida no acampamento pode-se elencar alguns pontos que trazem à tona esta passagem dos graus de consciência, mas este trabalho longe de

querer definir de maneira totalizante, busca uma reflexão sobre a questão da consciência e os desdobramentos que esta consciência adquire na organização popular. Muitas indagações foram feitas por mim neste processo, seria a organização um elemento doutrinador e ideológico ou um processo real de consciência?

A verdade, é que este trabalho não é suficiente para responder esta questão, mas através da observação foi possível encontrar mudanças dos padrões de comportamento dos trabalhadores rurais na mesma faixa etária, mesma condição social e pude perceber mudanças significativas que desenvolvem saltos e o aparecimento de novas qualidades e avanços.

O **primeiro deles** é a valorização e entendimento do próprio trabalho, construindo novas relações sociais de trabalho e novos formatos de vida em comunidade, o trabalhador se percebe no processo e identifica o valor adquirido sob o seu trabalho, há um reconhecimento íntimo de passagem de “um ser miserável”, despossuído, abandonado pelo Estado para um agente que através do seu trabalho e da sua organização modifica a sua realidade que se revela na vida concreta destes trabalhadores. Há então um reconhecimento da importância de sua força de trabalho sob o produto final e orgulha-se dos frutos dele, enxerga estes frutos como elementares da nova sociedade em que sonha.

O **segundo aspecto** observado é a valorização do trabalho das mulheres que cumprem um papel social extremamente importante na divisão sexual do trabalho, o reconhecimento da humanidade feminina, a diminuição dos índices de violência doméstica e o entendimento coletivo de que as mulheres por cumprirem este papel essencial são então a metade valiosa do projeto que almejam, este fator se deve principalmente à política de organização do próprio movimento, todos os grupos de trabalho precisam ter lideranças femininas, é inadmissível a violência doméstica entre os assentados - Claro que a violência ainda se manifesta, mas é a tomada de consciência do homem que se organiza que cria as possibilidades da superação destas violências.

O **terceiro aspecto** são as novas relações com a natureza e com o território, desde os episódios de extração ilegal de madeira conjuntamente com as pressões de pistoleiros para expulsar os camponeses dos acampamentos, foi necessário pensar numa mudança da racionalidade em relação ao meio natural, foram implementadas produções agroecológicas, de forma a garantir alimentos saudáveis para a comunidade, um modelo de agricultura orgânica, com enfoque sistêmico para o manejo das unidades de produção, que privilegia a conservação da floresta, a biodiversidade e a qualidade de vida. A produção agroecológica diminuiu a fome, a necessidade exclusivista do mercado e garantiu que todas as famílias pudessem se

alimentar com alimentos nutritivos, saudáveis, sem adição de venenos e principalmente, estabeleceu através da produção o almejo da soberania alimentar.

Apenas nestes aspectos observados já é possível compreender algumas modificações importantes no grau de consciência desses trabalhadores, essa forma de se organizar através de um movimento social e de se encontrar enquanto um sujeito coletivo elevou a autoestima desses sujeitos, eles passam a se perceber enquanto sujeito de direitos, mas que não apenas aguarda pela “salvação” do Estado, mas modifica a realidade através de suas próprias potencialidades, afirmando uma cultura centrada no bem-estar da coletividade, se contrapondo então a caracterização máxima do capitalismo, à absolutização do indivíduo.

Muitas mudanças foram percebidas também nas relações econômicas e nas trocas com o ambiente urbano da cidade de Nova União/RO, município sede do acampamento, antes da ocupação ser realizada existia um grande estigma na cidade de que os trabalhadores sem terra eram na verdade **invasores** de terra, com o aumento da produção de alimentos pode-se alimentar para além do acampamento, foi possível assim alimentar a própria cidade, levando alimentos saudáveis para os moradores do urbano, criando assim laços importantes de solidariedade entre o campo e a cidade, além de fortalecer a economia local desenvolveram técnicas econômicas de circuitos curtos em que os compradores dos seus produtos nas feiras da cidade se envolvem também na vida dos trabalhadores rurais, é uma relação que não se configura como um vínculo de dependência, mas uma relação cooperativa, sendo reconhecida a importância do acampamento pelos próprios moradores de Nova União.

O **último aspecto** e o mais importante deles, capaz de materializar todas estas mudanças descritas, é o acesso à educação dentro do acampamento e o modelo de educação implementado, uma educação que mais do que letra ou alfabetiza, é uma educação que se propõe a ser emancipatória e de formação humana, que estabelece um processo de consciência de sua base social, isso faz com que a luta destes trabalhadores seja mais que um ideal de acesso à terra, mas é em si mesmo um processo educativo.

“Eu sempre quis estudar, quando eu saí pra tentar a vida na cidade, que eu e minha família passou fome eu achei que estudar era apenas um sonho, depois que voltei e virei sem terra eu não só pude ter meu pedaço de chão pra plantar, eu pude aprender a ler e escrever dentro do acampamento, o que eu nunca consegui na favela, hoje eu quero é tá na faculdade, eu não quero morar na cidade, se o que eu sei é cuidar da terra, é isso que eu sei fazer.”  
(Mulher e Sem Terra do Acampamento Margarida Alves II, Rondônia, Brasil)

## 4.2 EDUCAÇÃO COMO UM PROJETO EMANCIPADOR E FORMADOR DA CONSCIÊNCIA

Por considerar o fator educacional decisivo no processo de construção da consciência destes trabalhadores, foi necessário dedicar um tópico exclusivamente para apresentar as bases pedagógicas do MST que se revelam na realidade concreta e que pode ser observada através da visita ao acampamento. Este aspecto é primordial porque a educação é um dos processos de formação da humanidade, ela sempre estará ligada determinadamente a um projeto político e a uma concepção de sociedade, quando vemos o modelo educacional implantado pelos Sem Terra, percebemos que a educação é mais que um processo de ensinar e aprender, mas um processo de formação da humanidade e da consciência desses sujeitos.

A própria identidade do Sem Terra é vinculada a sua luta, quando um sujeito sem terra se organiza para lutar pela terra, conseqüentemente o processo formador faz com que ele se perceba mais do que um sem terra, mas um sujeito capaz de lutar para transformar a realidade em que vive e de mudar essa realidade, Caldart (2001) exemplifica este processo:

“Há uma necessidade - política e pedagógica - de pensarmos o movimento social também como uma das matrizes pedagógicas fundamentais na reflexão de um projeto educativo que se contraponha aos processos de exclusão social, e que ajude a reconstruir a perspectiva histórica e a utopia coletiva de uma sociedade com justiça social e trabalho para todos.(...) Trata-se de olhar para o MST como lugar da formação do sujeito social Sem Terra, e para a experiência humana de ser do MST, e participar da construção da coletividade Sem Terra, como um processo de educação, que é também um *modo de produção da formação humana*, tanto mais significativo do ponto de vista social, político e pedagógico, por ser movido por uma luta social centrada em questões de *vida e morte* e de *vida inteira*, porque vinculadas às raízes de um processo de humanização mais profundo: terra, trabalho, memória, dignidade. (CALDART 2001, p. 209)

Através do luta coletiva pela terra é possível observar novas formas de sociabilidade e formação de interesses coletivos, organizados por meio de instrumentos de lutas comuns que se contrapõem à tendência mundial do capitalismo de individualização dos sujeitos e de desumanização, lógica esta reforçada por ações do próprio Estado. Estas novas formas de sociabilidade da contramão das tendências neoliberais trazem elementos que contribuem para o desenvolvimento humano dos trabalhadores, em laços de solidariedade e esforços de uma consciência e inteligência coletiva capazes de pensar a classe para si, o meio que torna possível essa construção da consciência é justamente o mesmo meio que se coloca em disputa, o acesso à terra.

“Os sem-terra do MST estão sendo sujeitos de um movimento que acaba pondo em questão o *modo de ser* da sociedade capitalista atual e a cultura

reproduzida e consolidada por ela. Fazem isto não porque professam idéias revolucionárias, nem porque este seja o conteúdo de cada uma de suas ações tomadas em si mesmas. Contestam a ordem social pelo conjunto (contraditório) do que fazem nas ocupações, nos acampamentos, nos assentamentos, nas marchas, na educação de suas crianças, jovens e adultos; pelo jeito de ser de sua coletividade, que projeta valores que não são os mesmos cultivados pelo formato da sociedade atual; fazem isto, sobretudo, pelo processo de humanização que representam, e pelos novos sujeitos que põem em cena na história do país.” (CALDART 2001,p.210)

É comum que trabalhadores rurais tenha como almejo central o acesso à educação? Trabalhadores estes que muitas vezes não são alfabetizados ou que não concluíram sequer o ensino fundamental? Algo nos mostra uma mudança do padrão de consciência que faz com que este trabalhador que não teve nenhuma oportunidade, despossuído de todo e qualquer bem busque algo que ele própria ainda não conhece, reconhece a importância de algo que ainda nem sequer leu as primeiras linhas, sonha em ver seus filhos se tornarem grandes profissionais, desenvolvendo suas formas de viver, melhorando as condições de vida, não apenas economicamente, mas aperfeiçoando técnicas passadas de geração em geração por aqueles que sempre viveram da terra e que dela exigem permanecer.

Isso nos mostra como a educação precisa estar diretamente relacionada com a realidade concreta e com a vivência dos indivíduos que a constroem, e como vimos no tópico anterior, a consciência caracteriza o ser social como um ser pensante, que reflete sua realidade e que age intencionalmente para modificá-la. Esta é uma das premissas do processo educativo do MST que podemos encontrar nos seus Princípios Educacionais, que possuem aspectos filosóficos e pedagógicos.

“Há duas dimensões fundamentais a serem compreendidas no processo de formação dos sem-terra ligados ao MST: a que vincula cada família Sem Terra à trajetória histórica do Movimento e da luta pela terra e pela Reforma Agrária no Brasil, tornando-a fruto e raiz (sujeito) desta história; a que faz de cada pessoa que integra o MST um ser humano em transformação permanente, à medida que sujeito (também condicionado a) de vivências coletivas que exigem ações, escolhas, tomadas de posição, superação de limites, e assim conformam seu jeito de ser, sua *humanidade em movimento*. Do entrelaçamento das vivências coletivas, que envolvem e se produzem desde cada família, cada grupo, cada pessoa, com o caráter histórico da luta social que representam, se forma então a *coletividade Sem Terra*, com uma identidade que não se enxerga olhando para cada pessoa, família ou grupo de sem-terra em si mesmos, mas que *se sente* ou *se vive* participando das ações ou do cotidiano do MST.” (CALDART 2011, p. 212)

Tudo isso, envolve um sentimento comum de unidade e de coletividade que engloba o ser cidadão, dentro de uma lógica de desenvolvimento que está em disputa no seio da nação brasileira, o sujeito camponês então parte da existência pelo mínimo, para pensar um projeto

de nação, para disputar as vias do desenvolvimento, para acreditar que pode transformar a realidade total quando este transforma a sua própria realidade, por isso é necessário reconhecer o potencial desses sujeitos organizados como produtores de sua própria existência, mas também enquanto agentes do desenvolvimento econômico, político, social e cultural.

Nos princípios educativos do MST podemos encontrar os elementos que reforçam esta ideia apresentada, a educação é mais do que uma necessidade de escolarização, mas faz parte da luta política enquanto Sem Terra, de construção de sua identidade. A seguir apresentarei os princípios filosóficos e pedagógicos apresentados pelo Coletivo Nacional do Setor de Educação do MST de 1996:

**Princípios Filosóficos:** 1) Educação para Transformação Social: a) Educação de Classe; b) Educação Massiva; c) Educação Organicamente vinculada ao movimento social; d) Educação aberta para o mundo; e) Educação para a ação e f) Educação aberta para o novo. 2) Educação para o trabalho e a cooperação; 3) Educação voltada para as várias dimensões da pessoa humana; 4) Educação com/para valores humanistas e socialistas e 5) Educação como um processo permanente de formação e transformação humana.

**Princípios Pedagógicos:** 1) Relação entre Prática e Teoria; 2) Combinação metodológica entre processos de ensino e de capacitação; 3) A realidade como base da produção do conhecimento; 4) Conteúdos formativos socialmente úteis; 5) Educação para o trabalho e pelo trabalho; 6) Vínculo orgânico entre processos educativos e processos políticos; 7) Vínculo orgânico entre processo educativo e processos econômicos; 8) Vínculo orgânico entre educação e cultura; 9) Gestão democrática; 10) Auto-organização dos/as estudantes; 11) Criação de coletivos pedagógicos e formação permanente dos educadores/ das educadoras; 12) Atitude e habilidades de pesquisa e 13) Combinação entre processos pedagógicos coletivos e individuais.

Claro que não existe a absorção total destes princípios, não podemos confundir ou vislumbrar um ideal romântico do movimento dos camponeses, mas há de se reconhecer o papel transformador do movimento, pois a organização não se finaliza com o acesso à terra, ele **inicia** com a luta pela terra e transpassa várias camadas da sociabilidade e da formação que modifica os sujeitos, e a partir da coletividade, do se sentir parte, ele também modifica o movimento.

“Participar do movimento da luta vai educando um jeito específico de *ser humano*, que potencializa o principal traço da humanidade: a possibilidade de fazer-se e refazer-se a si próprio, enquanto contesta a ordem estabelecida, problematiza e propõe valores, transforma a realidade e se produz como sujeito da história. As lutas sociais produzem as transformações históricas, e o

fazem à medida que conseguem conformar os sujeitos sociais capazes de operá-las e, ainda mais, de consolidar os novos parâmetros de vida em sociedade que vão criando neste movimento.” (CALDART 2011, p. 214)

Quando tive a oportunidade de conhecer um acampamento do MST, primeiramente fui tomada por um sentimento de unidade, posteriormente comecei a identificar elementos decisivos na forma de se organizarem que ainda não obtinha respostas, a proposta pedagógica é real por que antes mesmo de ser uma proposta pedagógica ela já existe na vida concreta e material da vida das pessoas, ela se propõe a modificar a realidade, de se organizar e de ter ideais coletivos, foi esse sentimento inicial que me fez chegar até as perguntas deste trabalho e tenho certeza que ele não se propõe a responder, mas a iniciar o aprofundamento deste estudo.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a trazer uma reflexão da questão agrária brasileira, em especial na Amazônia e como esta estrutura afeta diretamente a vida de milhares de trabalhadores e trabalhadoras no campo. A Amazônia por ser um território com complexidades de acesso que ainda a configuram como muito desconhecida, nos impõem a pensar soluções para a realidade concreta de forma a poder solucionar os problemas latentes e basilares das imensas desigualdades sociais.

A partir deste trabalho pode-se perceber como a questão agrária brasileira ainda é uma temática a ser desenvolvida por diversos ramos do conhecimento, compreender de forma inicial esta questão evidenciou o papel que as universidades precisam cumprir para propor alternativas de superação deste impasse que se perdura em toda a história do Brasil. Cabe aos vários campos do conhecimento a reflexão dessa questão de forma a contribuir para a vida do povo, mas principalmente, aprender com o povo às resiliências necessárias para não desistir.

O nosso passado colonial, escravagista e excludente, que não permitiu que milhares de brasileiros tivessem acesso à terra é uma questão central que precisa ser superada, apenas com a superação desta estrutura que nos molda conseguiremos emancipar os trabalhadores e fazer-nos pensar outra forma de desenvolver e de utilizar das potencialidades intrínsecas que nos fizeram resistir à escravidão, a exclusão e ao modelo de desenvolvimento predatório que beneficia o capital em detrimento da vida.

No decorrer deste trabalho, pude perceber que estas superações necessárias não ocorrerão neste modo de produção, mas é necessário que a organização popular continue a pautar os seus anseios e sonhos da busca de um Brasil diferente, é legítimo os sonhos dos brasileiros e é legítimo que a universidade pública, subsidiada com o esforço dos trabalhadores se proponha a trazer soluções para estes problemas.

A Amazônia em particular, têm alcançado na política atual um papel central, vivemos sob o domínio de uma política neoliberal, de ultradireita e de um falso nacionalismo que almeja entregar as riquezas brasileiras ao capital internacional, através da destruição da soberania e do meio ambiente, uma série de retrocessos na política ambiental têm colocado o Brasil no centro do debate ambiental no mundo, o que se evidencia hoje, são ataques à floresta, as suas gentes, a fauna, a flora, sob os recursos minerais e hídricos e no centro desta entrega estão as grandes multinacionais e o capital financeiro.

Temos no Brasil um grave problema territorial que coloca em xeque dois projetos em disputa, projetos estes protagonizados por classes sociais antagônicas, se de um lado está o



caminho do povo, da preservação da natureza, do reconhecimento estratégico da Amazônia para o desenvolvimento nacional, do outro está o projeto do retrocesso, do desenvolvimento predatório, da destruição da Amazônia e de seus povos, o ódio ao povo brasileiro e as suas representações.

Por isso é preciso mais que a organização popular para superar esta política de entrega ao nosso território, é necessário aglutinar todas as forças progressistas que queiram defender a democracia, que atualmente já está sob risco, reflexo disso é o desmonte dos direitos trabalhistas que atinge os mais pobres deste país, o desmonte do Programa Nacional de Reforma Agrária, o beneficiamento das políticas de crédito aos grandes produtores agroexportadores, o assassinato dos jovens negros nas periferias urbanas, o extermínio da Previdência Social de cunho solidário e constitucional, a flexibilização das leis do trabalho, a exploração de minérios em terras indígenas, as queimadas constantes na Amazônia por ruralistas, entre outra série de retrocessos que colocam o Brasil sob severo risco.

Todos os direitos conquistados até os dias de hoje foram decorrentes da luta incessante do povo por resistir, por não se resignar, não se submeter e através da ousadia resolveram lutar para enfrentar inimigos que possuem as armas na mão, as forças armadas, a política do entreguismo e da cultura escravocrata, não foi à toa o Massacre de Eldorado do Carajás em 1996 em que o Estado Brasileiro assassinou 19 trabalhadores Sem Terra que não exigiam nada mais do que aquilo que lhes é de direito, o acesso à terra, a dignidade, o direito de viver, de produzir alimentos saudáveis e de ter condições mínimas de exercer sua humanidade.

Este passo na mudança para o caminho do Brasil que almejamos e que sonhamos, assim como nunca foi, desta vez não será fácil, e a necessidade de uma reforma agrária popular precisa ser central para o aprofundamento democrático que libertará o povo do campo, os povos da floresta, os modelos de cidade de tamanha perversidade que impõem ao povo um caminho de miséria, de fome, de falta de políticas públicas e de profundas desigualdades.

Este é o modelo que o capitalismo global estabelece para os países subdesenvolvidos como o Brasil, uma reforma agrária é necessária, mas para além dela a superação deste modo de produção, que concentra terras e riquezas, que utiliza a violência para se permanecer o status-quo. A luta de classes é violenta por si só, por se tratar de explorados e exploradores, por isso sem a construção da consciência humana e de classe não será possível superá-lo, consciência esta que é tão necessária que precisa estar na realidade concreta para almejar as mudanças, apenas assim conseguiremos travar o bom combate para salvar o Brasil, o nosso povo e estabelecer a democracia.

Que este trabalho seja apenas o pontapé inicial de um longo caminho de estudos que me permitirá contribuir com a luta dos trabalhadores por justiça.

**“É melhor morrer na luta do que morrer de fome”**

Margarida Alves

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. 292 p.

CALDART, Roseli. **O MST e a formação dos sem terra: o movimento social como princípio educativo**,2001.

CAMARGO, Aspásia. **História das Ligas Camponesas**. Disponível em: [www.ligascamponesas.org.br](http://www.ligascamponesas.org.br). Acesso dia 12/08/2019

**Carta de Ribeiro Preto pela Reforma Agrária em Defesa do Meio Ambiente**. Ministério Público do Estado de São Paulo. Seminário Meio Ambiente e Reforma Agrária. Ribeirão Preto (SP), 13 dez 1999.

Caderno de Debates n.1 de Preparação para o IV Congresso Nacional do MST-2013

CEDOC Dom Tomás Balduino- CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2016**.

CEDOC Dom Tomás Balduino- CPT. **Conflitos no Campo Brasil 2018**.

COOMEAFES. **Dossiê Informativo sobre processos desencadeados envolvendo o Assentamento Margarida Alves** –Nova União/RO. 2012

DICIONÁRIO DO PENSAMENTO MARXISTA. TOM BOTTOMORE. ZAHAR. 1983.

Disponível em:

[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod\\_resource/content/2/Bottomore\\_dicion%C3%A1rio\\_pensamento\\_marxista.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/2543654/mod_resource/content/2/Bottomore_dicion%C3%A1rio_pensamento_marxista.pdf)

ECO, Umberto. **Como se Faz uma Tese**. Trad. Gilson Cesar Cardoso de Souza. 24. ed. São Paulo: Perspectiva, 2012.

FILHO, GUZZO. **Psicologia e consciência de classe “para-si”: ações e desafios na direção da mudança social**. Revista Psicologia Política. V.15 no.33 São Paulo. Agosto de 2015

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4a ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1982.

INCRA. **Site Oficial**. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/tree/info/file/16434>. Acesso dia 12/08/2019

KAUTSKY, Karl. **A Questão Agrária**. 3ª Edição. São Paulo: Proposta Editorial, 1998.

LEI Nº 601, de 18 de SETEMBRO DE 1850. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

LEI Nº 4504, DE 30 DE NOVEMBRO DE 1964. Disponível em: [www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)

MARX, Karl. **O Capital: Crítica da economia política**. Livro I: O processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. **O Manifesto Comunista**. 3ª edição, São Paulo, Global, 1988.

MACHADO, Luciana de Oliveira Rosa. **Uma nova lei de terras para a Amazônia: O Caso de Santarém, Pará**. Brasília, 2011

MESQUITA, Helena. **O conflito na fazenda Santa Elina/ O Massacre de Corumbiara: a farsa do processo judicial e do júri popular**. 2001. Disponível em:

<http://revista.fct.unesp.br/index.php/pegada/article/view/887/905>, Acesso dia 26/08/2019.

MINC, Carlos. **A reconquista da terra: Estatuto da Terra, Lutas no Campo e Reforma Agrária**. Editora Zahar, 1986.

MST. **Site Oficial**. Disponível em: [www.mst.org.br](http://www.mst.org.br), Acesso dia 12/08/2019

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA- MST. SETOR DE EDUCAÇÃO. JULHO DE 1996

PRADO JÚNIOR, Caio. **A Questão Agrária**. São Paulo: Brasiliense, 1981

RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A formação e o sentido de Brasil**. 2ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

STÉDILE, João. **Questão Agrária No Brasil**. 2013

STEDILE, João Pedro (org.) **A Questão Agrária No Brasil**. O debate tradicional 1500-1960. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

STEDILE, ESTEVAM (org.) **A Questão Agrária No Brasil**. Debate sobre a situação e perspectiva de reforma agrária na década de 2000. Editora Expressão Popular. São Paulo, 2013

SILVA, BARROS. **A terra das mortes sob encomenda**. 2016. Disponível em:  
<http://apublica.org/2016/10/a-terra-das-mortes-sob-encomenda/>. Acesso dia 20/08/2019

SOUZA, Márcio. **História da Amazônia**. Editora Record, 2009

WOOD. Ellen M. **As origens agrárias do capitalismo**. In: Crítica marxista. São Paulo, Boitempo, v.1, n.10, 2000